

Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal:

ensaio de interpretação a pretexto
de alguns livros recentes *

Precursor do que não sabemos,
Passado de um futuro a abrir
No assombro de portais extremos
Por descobrir,

Sê estrada, gládio, fé, fanal,
Pendão de glória em glória erguido!
Tornas possível Portugal
Por teres sido!

(Fernando Pessoa, *A Memória do Presidente-Rei*
Sidónio Pais, 1920)

Se é verdade que o amador da história recente de Portugal tem diante de si um programa de trabalho óbvio, que se impõe por si próprio, esse programa é o do fascismo — as condições e natureza do seu advento, institucionalização e durabilidade. Não há-de ser por acaso, pois, se são várias as obras recentemente publicadas que giram, mais directa ou mais indirectamente, em torno do fascismo em Portugal. É de notar que, de todos os trabalhos aqui recenseados, nem um deixou de ser produzido lá fora, no estrangeiro, durante os exílios mais ou menos prolongados, mais ou menos voluntários, dos respectivos autores ¹.

* Jorge Campinos, *A Ditadura Militar, 1926-1933*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975.

Manuel de Lucena, *A Evolução do Sistema Corporativo Português — I. O Salazarismo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976.

Fernando da C. Medeiros, *Classes sociales, État et développement économique — Portugal: 1917-1926*, tese de 3.º ciclo da Universidade de Paris V, defendida sob a direcção do Prof. Pierre Vilar (tradução portuguesa em curso); um capítulo desta tese foi publicado na *Análise Social*, n.º 46 (1976), sob o título: «Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras», pp. 288-314.

João G. P. Quintela, *Para a História do Movimento Comunista em Portugal — I. A Construção do Partido (1.º Período: 1919-1929)*, Porto, Afrontamento, 1976.

António Viana Martins, *Da 1.ª República ao Estado Novo*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.

¹ É o caso também dos trabalhos que Carlos da Fonseca vem publicando sobre o movimento operário português, designadamente *Integração e Ruptura Operária — Capitalismo, Associativismo, Socialismo, 1836-1875*, Lisboa, ed. Estampa, 1975; assim como dos primeiros trabalhos do autor do presente artigo.

É intenção deste artigo aproveitar a ocasião oferecida pelo aparecimento desses livros para procurar avançar na elaboração daquele programa de trabalho. Ciente de que a simples elaboração desse programa de trabalho não é tarefa para oito dias nem para um homem só, limitar-me-ei por ora ao momento do advento do fascismo². É claro, por outro lado, que, embora não convenha fazer depender a «análise concreta da situação concreta» portuguesa de uma discussão demasiado bizantina sobre os múltiplos quesitos necessários para designar legitimamente por *fascismo* o regime que, da ditadura militar ao Estado Novo, se acabou por implantar em Portugal entre finais dos anos 20 e princípios dos anos 30, é indispensável que esclareçamos o uso do termo *fascismo*, sendo bom, portanto, que sigamos as pisadas rigorosas de Nicos Poulantzas³, ainda que seja para discordar dele aqui ou além, ou mesmo em bloco, a fim de que todos saibam, com conhecimento de causa, do que é que está a falar.

1. FASCISMO — OU OUTRA COISA QUALQUER?

Só um, pode-se dizer, dos autores aqui em recensão se debruça deliberadamente, ao mesmo tempo que discute alguma da literatura internacional relativa à questão, sobre a natureza fascista ou não do regime saído do 28 de Maio. Trata-se de Manuel de Lucena, e, por isso, é o seu livro aquele que nos obrigará, porventura, a uma maior discussão. Também João Quintela andar, porém, à volta do problema — e por uma das bandas mais úteis para o pegar, isto é, as reacções práticas e teóricas das organizações activas no seio do movimento operário perante a ameaça contra-revolucionária. Seja desde já adiantado que, segundo Quintela nos parece ter suficientemente demonstrado, é nas fileiras do P. C. P. que mais cedo se toma consciência de tal ameaça, a qual começa por ser designada genericamente por «reacção», mas é já identificada como «fascismo» a partir de 1922, e num sentido com certeza mais forte do que uma «crise ministerial um pouco movimentada», como U. Terracini podia ainda escrever em Novembro de 1922 no órgão do Comintern⁴. Todavia, Quintela nada avança, nas quatro páginas que consagra à história do P. C. P. entre o 28 de Maio e a conferência de bolchevização, em Abril de 1929, sobre a natureza do regime que acaba de se implantar em Portugal.

Quanto a Jorge Campinos, afasta no próprio título do seu livro a problemática que ora nos preocupa: o seu tema é deliberadamente restringido (o que não quer dizer que seja destituído de interesse para o que aqui nos ocupa) à análise essencialmente jurídica da forma que assume esse «compromisso» que é a Constituição de 1933: entre o 28 de Maio e a promulgação daquele texto legal mediaria apenas, segundo Campinos, uma vaga «ditadura militar», no seio da qual se enfrentariam «toda uma série de grupos políticos que disputam o poder: entre si e contra os militares» (p. 39). Muito pouco, ou nada, nos é dito, ao fim e ao cabo, sobre a representati-

² Embora de acordo com Poulantzas em que o advento do fascismo e o processo de fascização não coincidem com *As Origens do Fascismo*, foi sob este título que Robert Paris publicou um pequeno livro que ainda hoje me parece o melhor que se fez sobre a questão (Paris, edição original Flammarion, 1968; existe tradução portuguesa).

³ *Fascisme et Dictature: La troisième Internationale face au Fascisme*, Paris, ed. Maspero, 1970 (existe tradução portuguesa).

⁴ Citado por R. Paris, *op. cit.*, p. 97.

dade e os objectivos — se tinham alguns — de tais grupos designados como «políticos», assim como pouco ou nada nos é dito sobre o que os distinguiria dos «militares», nem tão-pouco sobre se estes dispunham de algum mandato ou possuíam qualquer estratégia que não fosse «o poder pelo poder». Por outras palavras, permita-se-nos desde já discordar da divisão dos agentes do 28 de Maio em «civis» e «militares», assim como é de discordar da ideia, sugerida por Campinos, de que os segundos ofereceriam um «bloco unido» perante as «disputas» dos primeiros, como é ainda de discordar, por razões óbvias, de um enfrentamento dependurado na simples estratosfera do «político», sobretudo se deste só se retiverem, fundamentalmente, as suas expressões jurídicas.

Diga-se de passagem que, no que respeita à análise deste outro «compromisso histórico» que teria sido, segundo Marcello Caetano, que parece ter sido o primeiro a vê-lo, a Constituição de 1933, também Lucena nos deixa insatisfeitos quanto à sua natureza: compromisso, de acordo, mas entre quê e quê, entre quem e quem? Por certo, não entre «civis» e «militares». Adiante procurarei fornecer uma hipótese a este respeito, mas deixai-me desde já lembrar, perante a dicotomia levantada por Campinos, que nem a «ditadura militar» ultrapassou, na própria terminologia da época, os dois anos que separam o 28 de Maio da entrada do Dr. Oliveira Salazar para o Governo (Abril de 1928), nem tão-pouco os «militares» ofereceram, entre essas duas datas, qualquer espécie de «bloco unido». Antes pelo contrário, é bem sabido que a «ditadura militar» começou por se desdobrar num triplo golpe de Estado, através do qual seriam sucessivamente eliminadas as facções militares Cabeçadas e Gomes da Costa; assim como é sabido que, já sob a hegemonia de Carmona, as «disputas» entre militares prosseguiram, quanto mais não fosse entre a facção republicana, isto é, a facção dos que — como Jorge Botelho Moniz escrevia no seu relato comentado do 18 de Abril (1925) — haviam superado a questão do regime, e a facção dos que teimavam na restauração monárquica, introduzindo assim, a despropósito, novo impedimento à recomposição política das classes possidentes (a posterior eliminação dos militares monárquicos renitentes será pois um momento necessário daquela recomposição política). Mas retomemos o fio da meada.

Também o título do ensaio de Viana Martins ilude, se assim posso dizer, a questão — fascismo ou outra coisa qualquer? Aqui tratar-se-á imediatamente do «Estado Novo» e é até certo ponto de estranhar que, sendo o próprio autor quem privilegia, em minha opinião justificadamente, a formação do partido único (U. N.) e a estratégia corporativa como momentos essenciais da passagem da mera ditadura militar ao «Estado Novo», ele não detecte nesse duplo movimento a necessidade de levantar a questão do *fascismo*.

É certo que o projecto corporativo é, entre nós como noutros países, um tema que vinha amadurecendo de há longa data no seio das fracções mais conservadoras e nacionalistas das classes possidentes. Segundo R. Paris, «as primeiras bases teóricas daquilo que viria a ser mais tarde o corporativismo» em Itália estavam lançadas desde 1911 no semanário ultranacionalista *L'Idea Nazionale*, animado pelo sindicalista-revolucionário arrependido Corradini. Em contrapartida, já a noção (e a prática) do partido único é algo novo, introduzido, em última instância, pelo bolchevismo vitorioso na Rússia. Tanto assim que os maurrasianos portugueses — dos ultras do «integralismo lusitano» aos moderados do Centro Católico, como o

Dr. Oliveira Salazar — não podiam ignorar a crítica que o seu mestre dirigia em Outubro de 1922 ao projecto mussoliniano: «O fascismo é ele próprio um partido, como os anteriores, viciado pelo espírito revolucionário.» «Citado por R. Paris.)

Aqui se sente que o ensaio de Viana Martins carece por de mais de um aparelho teórico mínimo que dê algum sentido ao encadeamento dos acontecimentos, aliás bem descrito pelo autor. Se tal aparelho tivesse estado presente, Viana Martins poderia ter-se dado conta de que, efectivamente, a combinatória partido único/corporativismo é algo de central ao fascismo e que, em Portugal, tal combinatória vinha sendo produzida desde o sidonismo, já que durante o consulado do presidente-rei, como Fernando Pessoa baptizara Sidónio Pais, chegaram a ser tentadas, simultaneamente, a constituição de «um grande partido nacional» e «a representação directa dos produtores». Deslindar quais as componentes que convergem para este duplo projecto, assim como os obstáculos que se opõem à sua imediata concretização, constituirá precisamente um dos passos importantes do programa de trabalho relativo ao advento do fascismo em Portugal. Se algo há de singular na situação portuguesa, parece-me ser a precocidade do processo: em Espanha, por exemplo, só muito tarde, já perto do fim, é que as forças coalizadas sob a ditadura de Primo de Rivera (pai) começaram a orientar-se naquele sentido, e competiria ao outro Primo de Rivera (filho) extremar tal projecto, para a Falange finalmente entrar, por seu turno, em compromisso com as outras componentes da (contra)revolução nacional ⁵.

2. O FASCISMO OCUPA O «ESPAÇO VAZIO» DEIXADO PELO MOVIMENTO OPERÁRIO?

Quanto à tese de Fernando Medeiros, recentemente defendida em Paris, é patente que o problema que aqui nos vem ocupando também foi afastado. F. Medeiros dedica-se, em contrapartida, a fornecer-nos a análise mais completa, à data, das estruturas socioeconómicas do Portugal do pós-guerra, entrelaçando na segunda parte do seu trabalho a acção operária com a crescente crise económico-financeira. A respeito da *crise*, Medeiros avança muito mais do que Viana Martins, mas, mesmo assim, o leitor não chegará, talvez, a dar-se conta da dimensão *catastrófica* que a crise chegou a ter aos olhos dos contemporâneos, sem excepção — e foram os contemporâneos que viveram a crise e perante ela reagiram: nem de outro modo se compreenderia que a ideologia da «salvação da Pátria» pudesse emergir com a força com que efectivamente emergiu se a crise não tivesse ultrapassado, digamos assim, a esfera material, política inclusive, para se inserir na própria esfera do imaginário: «Vê esta pátria, escombro a escombro, cair na treva/[...]/ Que nova luz virá raiar/Da noite em que jazemos vis?» (F. Pessoa.)

Sem entrar propriamente naquilo que é, neste momento, para nós, o âmago da questão, Fernando Medeiros não deixa de sugerir, ainda que só implicitamente, como a passeata do general Gomes da Costa de Braga até Lisboa veio, de certo modo, ocupar um espaço deixado vazio por uma acção operária incapaz de produzir uma alternativa real em termos de poder global sobre a sociedade. A ser assim, a tese de F. Medeiros viria

⁵ Não existem, que eu saiba, trabalhos sobre os «regimes ditatoriais» da Espanha contemporânea semelhantes aos que já existem sobre a Itália. Consultar-se-ão, no entanto, com utilidade: Gerald Brenan, *El laberinto español. Antecedentes sociales y políticos de la Guerra Civil*, Paris, ed. Ruedo Ibérico, 1970 (traduzido do inglês); Manuel Tuñón de Lara, *La España del Siglo XX*, Paris, ed. Librería Española, 1966.

trazer, na esteira, aliás, de vários outros analistas do fascismo, alguma água, creio, ao moinho de Poulantzas, segundo o qual o fascismo não seria tanto o «terror branco» (caso de Horthy na Hungria, depois da revolução soviética de Béla Kún; ou de Wrangel e Dénikin na Rússia, se tivessem vencido o Exército Vermelho), nem tão-pouco essa «contra-revolução preventiva» de que se chegou a falar e que M.-A. Macciocchi repete ainda, na esteira aliás de Gramsci⁶.

A seu modo, também Quintela fornece indicações que poderiam ir neste sentido, nomeadamente quando tende a redignificar os esforços unitários do P. C. P. a partir do seu I Congresso, em 1923. Tem decerto razão R. Paris quando sugere que é de um ponto de vista «unitário» que se deve compreender a frase de Zinoviev, quando este escrevia, precisamente em 1923, referindo-se às «ocupações das fábricas» em Itália⁷, que «em Setembro de 1920 o momento histórico já tinha passado»⁸. Podemos, claro, inverter a questão e sugerir que o próprio espírito conciliador que já então se teria apoderado da direcção bolchevique estaria, sim, na base do fracasso das «ocupações» de Setembro de 1920 — e, para o mesmo efeito, na base das derrotas de Béla Kún, assim como das várias tentativas revolucionárias operárias alemãs em 1918-19 e 1923, da própria queda da C. N. T. espanhola perante o primeiro Primo de Rivera, etc., e — porque não? — da ausência de avanços revolucionários em França, na Inglaterra e por aí fora... É esta a tese, em substância, da chamada «ultra-esquerda». Também podemos, se quisermos insistir numa visão já fortemente voluntarista da derrota, à escala mundial, do movimento operário no início dos anos 20, condimentar a «traição» bolchevique com a incorrigível tendência da burguesia para se defender violentamente quando molestada nos seus privilégios...

Podemos fazer tudo isso, mas provavelmente não chegaremos a ultrapassar a visão de uma classe operária fantasmaticamente destinada, por natureza, à Revolução e infalivelmente impedida de A fazer pelo binómio traição/repressão. Esta divagação, sugerida pela lucidez com que Quintela apreciou o movimento operário da época, depois dos subjectivismos opostos, mas complementares, que dominavam os trabalhos anteriores de César Oliveira e José Pacheco Pereira⁹ e aos quais não escaparia totalmente o próprio F. Medeiros, esta divagação, dizíamos, poderá ter aqui o seu cabimento se considerarmos o seguinte. Embora não tenha havido em Portugal um episódio comparável às ocupações de fábricas em Itália, nem por isso deixa de ser verdade — e um dos méritos da tese de F. Medeiros é, julgo eu, o de o ter demonstrado de uma vez por todas — que o movimento reivindicativo operário em Portugal, segundo moldes que lhe

⁶ *Éléments pour une analyse du Fascisme*, Séminaire de M.-A. Macciocchi, Vincennes, 1974-75, col. 10×18, Paris, 1976. No seu conjunto, devo confessar que se trata de uma obra que me desiludiu profundamente, pois nada me parece trazer de novo, sem sequer conseguir renovar a análise puramente ideológica do fascismo...

⁷ A respeito das ocupações de fábricas, é de consultar a versão oficiosa do P. C. Italiano: Paolo Spriano, *L'occupazione delle fabbriche — Settembre 1920*, Turim, 1.^a edição, 1964.

⁸ Citado por R. Paris, *op. cit.*, p. 114.

⁹ C. Oliveira, *O Operariado e a República Democrática — 1910-1914*, Porto, ed. Afrontamento, 1972: foi obra pioneira à qual o autor, em minha opinião, não deu o seguimento esperado nos seus trabalhos posteriores; do ponto de vista da análise global, continuo a preferir-lhe o trabalho, igualmente pioneiro, de José Pacheco Pereira, *As Lutas Operárias contra a Carestia da Vida em Portugal — A Greve Geral de Novembro de 1918*, Porto, ed. Portucalense, 1971.

foram específicos, também aqui chegou a paralisar o normal funcionamento, quanto mais não seja económico, da sociedade burguesa.

A prova disso é-nos fornecida, aliás, *a contrario*, pela autêntica descapitalização a que as diferentes fracções da burguesia, e do próprio campesinato, submeteram o aparelho produtivo nacional. Poderíamos citar múltiplos autores, dos mais diversos quadrantes políticos. Contentemo-nos com esta síntese apresentada por Quirino de Jesus, então próximo do grupo da *Seara Nova*: «A expatriação de lucros e fortunas é computada por muitos em mais de 100 milhões de libras... É crível, porém, que ela tenha chegado [em Janeiro de 1923] a 50 milhões de libras [já então para cima de 5 milhões de contos da época]... Não é crível que se possa computar o valor da riqueza nacional antes da guerra em mais de 3,2 milhões de contos, ao câmbio de então. Contando da mesma forma a nossa moeda, não é exagero supor que ele [o valor da riqueza nacional] ande hoje apenas pela metade. E a quebra continua com rapidez.»¹⁰

Ora, assim como não foi Giolitti, antes pelo contrário, quem embargou violentamente o passo aos grevistas italianos em Setembro de 1920, também em Portugal a repressão — e, no entanto, a repressão republicano-democrática, enquanto repressão *a posteriori*, não ficou atrás, em violência, da que viria a ser praticada pelo Estado Novo — não chega para explicar o apodrecimento da ofensiva operária e a correlativa instalação do movimento organizado (designadamente a central sindical, controlada pelos anarquistas), num seguidismo sem perspectivas, hesitando permanentemente entre aliar-se com o primeiro «inimigo do inimigo» ou refugiar-se num apoliticismo de cariz cada vez mais ambíguo. Por outras palavras, e confirmando, creio, a interpretação de Poulantzas, os materiais fornecidos por Medeiros e por Quintela parecem-me sugerir, ao mesmo tempo, que o fascismo em Portugal, como noutros países, não teria sido nem a violentíssima reacção da burguesia desalojada do poder (como na Hungria), nem tão-pouco uma contra-revolução *preventiva*, pois o que aqueles materiais tendem, julgo, a documentar é que já nenhuma revolução estava para vir, ou, como dizia Zinoviev, algo reformisticamente, «o momento já tinha passado». Por outras palavras ainda, o fascismo seria o modo como as classes não operárias se recompuseram politicamente — já adiante se tentará ver sob a hegemonia de quem — para ocupar o espaço global deixado vazio por uma ofensiva operária que, a partir de certa altura, não consegue mais do que paralisar o funcionamento da sociedade burguesa sem efectivamente se candidatar a substituí-la.

Voltemos agora a Lucena e vejamos como ele resolveu a interrogação que levantei atrás. O leitor já se terá apercebido do modo como eu próprio sugiro, no presente estado da pesquisa, que se responda a ela, ou seja, que o regime que se vai implantando em Portugal depois do 28 de Maio merece o nome de *fascismo*. No seu estilo voluntariamente esquivo à teorização um tanto escolástica que Poulantzas herdou de Althusser, Lucena pronuncia-se afinal claramente sobre a questão ao dizer que «nenhum regime se parece mais com o de Mussolini do que o de Salazar». Será talvez uma maneira algo «pré-científica», como ele próprio diz, de colocar o problema, mas não deixa de ser uma constatação empírica forte, que pessoalmente tendo a subscrever. Lucena toma, por outro lado, distâncias em relação

a Poulantzas ao distinguir firmemente entre o fascismo italiano e o nazismo, os quais, segundo aquele, cairiam sob a alçada da mesma problemática.

Lucena poderia, aliás, ter recuperado as propostas singelas, mas pertinentes, que Robert Paris já fazia a este respeito e que passam, efectivamente, pela questão do *totalitarismo*. Segundo R. Paris, a primeira diferença seria que «o nazismo realizou uma 'totalidade' mais acabada do que o fascismo. O proletariado alemão 'integrou-se' muito melhor do que o proletariado italiano». Outras diferenças: «Se o advento do fascismo se operou com o apoio da classe dirigente italiana, isso sucedeu — como vimos — ao cabo de quatro anos de guerra civil. Pelo contrário, a ascensão de Hitler parece-se bastante com uma 'via parlamentar'... Apesar do peso dos partidos operários na Alemanha, Hitler não deparou com a mesma oposição que Mussolini.» «Mas as diferenças», prossegue R. Paris, «são também as que a realidade imediata apreende... O nazismo surge como pura violência. Trata-se efectivamente dessa irrupção do irracional, desse 'retorno do re-calçado' que toda a sociedade receia... Só o nazismo realiza plenamente essa destruição da razão que descreveu — bastante esquematicamente — Lukács... A este nível, com efeito, as diferenças são claras. É tudo o que separa Gentile de Rosenberg — o que separa uma filosofia reaccionária de uma ideologia, psicanaliticamente falando, reaccional.»¹¹

«Totalidade acabada», «pura violência» — em suma, violência total —, apontariam, segundo Lucena, de maneira suficiente para separar o fascismo do nazismo. Vou por ele, acrescentando algo que só não me parece mais óbvio porque, efectivamente, poucos foram os autores, que eu saiba, que chamaram a atenção para tal: a conjuntura socioeconómica em que cada um dos movimentos se alça ao poder. Se é certo que a crise dos anos 20 é só uma e 29 o seu apogeu, não é menos verdade que o desemprego de 1930 em diante, tanto mais maciço quanto mais avançada está a formação social na via industrial, não tem medida comum com as recessões soluçantes da década anterior.

Ora este desemprego maciço, se não foi a crise final do capitalismo, foi, com certeza, a crise final do movimento operário revolucionário dos anos 20, que vinha lá dos princípios do século: decomposição material da classe a entrecruzar-se dialecticamente (desculpai a facilidade) com a sua decomposição política e a assegurar o seu soçobrar, praticamente sem resistência, perante o nazismo. Robert Paris chega a sugerir que «a política de 'classe contra classe' conduzida, sob a instigação de Estaline, pelos comunistas alemães favoreceu objectivamente, se não intencionalmente, a vinda ao poder dos nazis»¹², o que não só não me parece nada descabido, como documentaria à saciedade um grau de decomposição política do operariado só explicável por uma total decomposição material, ao mesmo tempo que apontaria também para moldes de dominação de classe (burguesa) distintos das articulações correntes do poder económico com o poder político, de acordo com o que Lucena sugere ao refutar as teses de Bettelheim sobre a subordinação do Estado hitleriano à grande indústria alemã.

3. PEQUENA BURGUESIA E GRANDE CAPITAL NO FASCISMO

Já não sei, em contrapartida, se Lucena subscreverá as minhas razões de distinguir tão claramente quanto possível fascismo e nazismo, razões que

¹¹ *Op. cit.*, pp. 116-118.

¹² *Ibid.*

residem, na esteira do que já adiantava R. Paris, no carácter *abertamente classista* da ditadura fascista: nenhum discurso totalitário é, aqui, capaz de escamotear a cristalina transparência da hegemonia do grande capital privado, assim como a miséria deliberada e a repressão a que as classes trabalhadoras, o operariado em particular, são votadas — e não apenas as suas fracções ideologicamente organizadas, mas no seu conjunto, como classe, e, para começar, no sentido económico da palavra. Isto vai bulir, creio, com a sugestão de Lucena segundo a qual o fascismo português seria, «com variações», o regime da «burguesia toda». Vale a pena prolongar este debate, que remete inevitavelmente para a teoria das classes sociais, pois, se é certo que o regime saído do 28 de Maio se deu como o salvador da «burguesia toda» — aliás, da Pátria —, o que importa, creio, é distinguir o modo como, dentro dessa «burguesia toda», as suas diferentes fracções se hierarquizaram nos poderes — designadamente os poderes político e económico.

Contrariamente a Poulantzas e às teses tardias de Dimitrov (em 1935, o antifascismo correspondeu ao fim da fase aguda da crise, mas, quando a nova relação de forças mostrou dever desembocar numa nova guerra à escala mundial, esse antifascismo seria insuficiente para obstar ao Pacto Germano-Soviético...), inclino-me, pelo menos no que respeita ao caso português, a dar razão a Lucena quando este sugere os benefícios não negligenciáveis que a chamada *pequena burguesia*, pois só dela se trata na análise de Lucena (ele omite as contradições, porventura mais decisivas, entre fracções da *grande burguesia*), teria retirado do fascismo: em poucas palavras, a sua salvação da falência, à qual a condenavam, antes mesmo da crise de 1929, as pressões conjugadas do operariado e do grande capital.

Atenção, porém, pois é aqui que a análise marxista dos mecanismos de funcionamento das formações sociais capitalistas é de pegar ou largar: o que é que representa, na prática, a «salvação» da pequena burguesia — e não estamos a pensar tanto na pequena burguesia urbano-burocrática, mais ou menos desligada da esfera económica, como sobretudo na infinidade de pequenos patrões da indústria e da agricultura e de pequenos comerciantes, tantas vezes saídos das fileiras proletárias e camponesas, a «demonstrar» a estas, portanto, a possibilidade de ascensão social — senão a institucionalização das rendas diferenciais de que, em condições normais, o capital mais concentrado beneficia, rendas essas que, mercê do regime económico fascista de protecção e condicionamento, que é o único *pendant* possível da organização corporativa das classes activas, se transformaram em verdadeiras rendas monopolísticas?

A ser verdade o que digo, então a pequena burguesia, o pequeno patronato e os seus prolongamentos na esfera político-ideológica, sem que se possa dizer que tenham sido «enganados» pela demagogia fascista, como é, no fundo, o que sugerem Dimitrov-Poulantzas, não deixaram de constituir a massa de manobra, não só ideológica como sobretudo económica, daquilo que não me parece nada impróprio chamar *grande capital*, na esteira de Daniel Guérin e tantos outros analistas do fascismo. Aliás, já fora este o destino da pequena burguesia — ainda que o liberalismo do regime económico tivesse continuado a permitir a sua reprodução como classe, embora com sacrifício frequente dos agentes — aquando do 5 de Outubro de 1910: bastante berraram então esses conservadores ultranacionalistas que foram Basílio Teles e Machado Santos, o pai da República, contra o facto de lhes terem, literalmente, «empalmado» a revolução.

E tanto assim que, no programa de trabalho sobre o advento do fascismo que vimos esboçando, esta componente pequeno-burguesa, ultra-patriótica e violentamente conservadora, se assim posso exprimir-me, há-de merecer tanta atenção, pelo menos, como a corrente «integralista lusitana»: para dizer a verdade, e antecipando sobre os resultados da investigação em curso, estou em crer que é quando estas componentes se unem, e estiveram quase a fazê-lo sob o sidonismo, separando-as então a questão do regime — e vão desarmando a relutância de componentes tão díspares como a dos ideólogos do desenvolvimento nacional, da técnica, da competência, da *élite* e da opinião pública, que então tinham a sua sede na *Seara Nova* ¹³; e como a dos moderados do Centro Católico ¹⁴, quando tal sucede, nada se oporá àquilo que viria a ser o *fascismo*. A interpenetração das correntes ideológicas com as «forças vivas» — como a certa altura começaram a ser conhecidas as forças económicas — está cheia de meandros, nem sempre fáceis de deslindar. No entanto, da Confederação Patronal (1921) à União dos Interesses Económicos (1924), passando pela Cruzada Nun'Álvares, as «forças vivas» parecem vir-se recompondo, em relativa contradição com os interesses especificamente especulativos, então chamados propagandisticamente plutocráticos, alargando ao mesmo tempo a sua base à média e pequena burguesia ¹⁵.

A ser assim, ganharia novo sentido a tese antiga segundo a qual o *fascismo*, embora mobilizando ideologicamente todas as forças antiplutocráticas, não deixaria, afinal, de ser a ditadura do «grande capital». É necessário, porém, que nos entendamos imediatamente sobre o significado desse termo vago. Segundo um texto, a meu ver notável, de Vittorio Foa ¹⁶, «grande capital» seria a designação — esquemática e até, se quiserem, algo demagógica — dada pelos principais teóricos e propagandistas da III Internacional (nomeadamente Lenine e Bukharine) ao *capital financeiro*, forma que teria assumido, segundo Hilferding, antes mesmo da primeira guerra mundial, «a simbiose do capital bancário com o capital industrial». Ora, segundo V. Foa, seria erróneo atribuir sistematicamente ao grande capital financeiro uma hegemonia bancária, *a fortiori* especulativa, sobre o capital industrial.

Não podemos reproduzir aqui a análise relativamente longa de V. Foa. Parece, no entanto, oportuno tomar em conta a sua prevenção contra a «tentação de separar a especulação da produção, o capital bancário do industrial» (p. XII); convém também lembrar, conforme demonstrou R. Romeo ¹⁷, que «num país pouco dotado de capitais e de tecnologia, a relação banca-indústria apoiava-se num mecanismo desequilibrante, mas insubstituível, de rapina da poupança em favor dos empresários» (p. XXX);

¹³ Esta corrente domina efectivamente na *Seara Nova*, através sobretudo de António Sérgio e Ezequiel de Campos, e nunca Raul Proença lhe opõe uma linha alternativa. O editorial do primeiro número (1921) dá bem o tom do elitismo seareiro.

¹⁴ O Centro Católico é uma das componentes menos conhecidas da vida política portuguesa da época. Um dos seus principais fundadores fora António Lino Neto e a ele estava ligado o Centro Académico da Democracia Cristã, onde tinham militado antes da guerra Salazar e Cerejeira. Já adiante veremos o papel importante que esta organização desempenharia, através nomeadamente de um dos seus deputados eleitos em 1922, o Dr. Oliveira Salazar...

¹⁵ Adiante procurar-se-á fornecer mais elementos relativos à natureza e papel destas organizações.

¹⁶ Introdução a Pietro Grifone, *Il capitale finanziario in Italia — La politica economica del fascismo*, Turim, Einaudi, 1971 (1.ª ed., 1945), pp. VII-XLIV.

¹⁷ *Risorgimento e capitalismo*, Bari, Laterza, 1959.

assim como não será inútil confirmar, através desta análise das raízes estruturais do fascismo italiano, aquilo que eu próprio julgo já ter adiantado a respeito da implantação do capitalismo em Portugal¹⁸, a saber, citando de novo V. Foa, que «o Estado emerge [...] como sujeito permanente do desenvolvimento económico, como organizador permanente da acumulação capitalista: apesar da sua dependência relativamente ao capital estrangeiro, ou talvez por causa disso, o capitalismo italiano [creio que o autor pode ler: português] teve sempre relações estreitas com o Estado, embora segundo formas que mudaram com o tempo e conforme os sectores» (p. VIII).

Destas premissas se pode partir para perguntar, com Vittorio Foa, «qual das duas componentes que se imbricam no capital financeiro — o capital bancário e o industrial — detém alternadamente a hegemonia, a direcção do processo de acumulação e de crescimento» (p. IX). «Não se trata», prossegue V. Foa, «de uma pergunta irrelevante, a menos que se sustente que o capital financeiro é um agregado indiferenciado e indiferenciável [...] Conforme predomine a banca ou o monopólio [industrial], ter-se-ão consequências diferentes de natureza económica, social e política.» (p. IX-X) E tanto assim que o mesmo autor pode dizer, relativamente ao período da guerra e do imediato pós-guerra, que «a banca já não era promotora e patroa para si própria; continuava a controlar grande parte da indústria, mas tinha-se tornado ela própria objecto de uma luta encarniçada entre um pequeno número de grandes grupos industriais pelo controlo do sistema bancário e, por consequência, indirectamente, do resto da indústria» (p. XXIX).

É pena que a tese de Fernando Medeiros não tenha encarado as estruturas económicas, nomeadamente industriais, deste ponto de vista, pois não lhe teria sido difícil demonstrar como, durante a aceleração da formação do capital financeiro em Portugal a que se assistiu durante a guerra e, sobretudo, no imediato pós-guerra, num caso-chave como o da C. U. F., não é efectivamente o capital bancário que domina o processo, mas sim o grupo industrial monopolístico que a firma de Alfredo da Silva já então era. Em termos simples, é o complexo industrial da C. U. F. que integra a casa bancária Totta, assim como os organismos económicos de circulação que eram a Casa Gouveia (que na Guiné recolhia a produção colonial de oleaginosas) e a Colonial de Navegação.

Nenhum caso será tão exemplar como o da C. U. F., mas não era ela, pelo seu papel económico como pelo seu comportamento político, a prova de que, conforme sugere Vittorio Foa, «as premissas do fascismo [...] ligam-se, não às insuficiências históricas do capitalismo italiano [o leitor, julgo, pode continuar a ler: português], mas sim à sua parte mais moderna e organizada, o monopólio industrial?» (Pp. XXIV-XXV.) Poderíamos, no entanto, encontrar outros casos, como o das moagens e, mais significativamente talvez, o facto de as empresas industriais de certa envergadura então criadas (caso dos cimentos Sommer) terem talvez resistido melhor às crises sucessivas do que a maior parte das instituições bancárias que então se multiplicaram¹⁹.

¹⁸ *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Porto, ed. A Regra do Jogo, 1976.

¹⁹ A título de exemplo, indique-se que em 1929 estavam em actividade, só no distrito rural de Braga, cinco empresas industriais fundadas entre 1920 e 1925, a mais pequena das quais com 45 operários e a maior com 420; com 400 operários e um capital de 2000 contos realizados fora fundada em 1925 a Companhia Fabril do Minho (tecidos), etc. (cf. Manuel de Araújo, *Indústrias de Braga*, Braga, 1928).

É assim que, quanto a mim com razão, Vittorio Foa resume a situação: «Verificou-se então [...] a fatuidade da opinião vulgar segundo a qual o credor (neste caso a banca) seria mais forte do que o devedor (a indústria). Quando o devedor era grande, a sua fortuna era condição da fortuna do credor [...] De qualquer modo, a contradição técnica da banca de crédito vulgar, que imobiliza os depósitos no crédito industrial, contradição mais aguda no caso da indústria pesada, não é um erro do desenvolvimento, é uma contradição no desenvolvimento.» (Pp. XXIX-XXX.) «Opinião vulgar» astutamente acreditada pelo Dr. Oliveira Salazar, que assim sacrificava, sem tocar no essencial, à ideologia «antiplutocrática», que é uma das componentes importantes do fascismo.

4. AGRÁRIOS E INDUSTRIAIS NO PROCESSO DE FASCIZAÇÃO

Ditadura do grande capital financeiro, entendido como Vittorio Foa propõe que seja entendido, portanto. E os agrários? Não queria avançar demasiado, neste momento, sobre o impacte da questão agrária no advento do fascismo, na medida até em que esta questão vem constituindo o objecto de uma investigação específica. É, no entanto, indispensável dizer aqui uma série de coisas. Primeiro, que não se encontrará no livro de Lucena — visto ele não contemplar as contradições no seio das classes dominantes — qualquer indicação significativa sobre o modo como os agrários teriam participado no «bloco no poder» do fascismo institucionalizado, isto apesar de fornecer preciosas indicações sobre a corporativização da esfera agrária — actividade agrícola e classes rurais — de cariz comercial, isto é, antes de mais, a grande cerealicultura de sequeiro, mas também os vinhos, o azeite, a cortiça, etc. Também F. Medeiros acaba por não avançar muito a este respeito, apesar de, nos últimos anos do período abarcado pela sua tese, a «questão agrária» se ter acendido como nunca, designadamente aquando da apresentação ao Parlamento, em Janeiro de 1925, de um projecto de «reforma» pelo então ministro da Agricultura, Ezequiel de Campos²⁰.

Embora o fascismo em Portugal nunca tenha tido força para desencadear nos campos do Alentejo um movimento *esquadrista* à maneira italiana, são bem conhecidos, em contrapartida, os apoios dos grandes proprietários e rendeiros do Sul às posições mais extremas da direita da época. Foi Eduardo Fernandes, o maior proprietário do distrito de Beja, da mesma casa onde foram utilizados pela primeira vez adubos químicos na cultura do trigo, quem financiou o golpe de Sidónio Pais, como já vinha financiando o Partido Republicano mais conservador de antes da guerra, os *unionistas* de Brito Camacho, cujo jornal, *A Luta*, era bem conhecido pelos seus *habitués* alentejanos. São grandes proprietários e seus aparentados quem se encontra por detrás, até financeiramente falando, do integralismo lusitano: Pequito Rebelo, Alberto de Monsaraz, Hipólito Raposo, o próprio Sardenha, com feudo em Monforte. É ainda dos meios latifundiários de Castelo Branco que vem o principal animador do «sindicalismo nacional», Rolão

²⁰ Além dos seus livros *Política*, Porto, 2.^a ed. actualizada, Lello, 1954, e *Para a Ressurreição do Lázaro*, Porto, 1931, vale a pena consultar também: Adolfo Bravo, *A Reforma Agrária*, Lisboa, ed. Moraes, 1925, onde é explicitamente apresentada a teoria da «reforma preventiva», a exemplo do que se passara na Roménia devido à proximidade da Rússia Soviética... A tais teses opunha-se vigorosamente o integralista, e grande proprietário do distrito de Portalegre, J. Pequito Rebelo em *As Falsas Ideias Claras em Economia Agrária* (1926).

Preto, posteriormente marginalizado pelo fascismo institucionalizado, do mesmo modo que, na Itália, alguns ultras do P. N. F. tiveram de desaparecer da cena política para facilitar os necessários compromissos...

Com a Cruzada Nun'Álvares, animada por antigos sidonistas, a base de apoio do elemento extremista parece alargar-se, começando a superar o relativo isolamento dos interesses especificamente alentejanos. A formação da União Agrária, em 1924, reúne já em Braga — e não em Lisboa ou em Beja — todos os grandes interesses ligados à propriedade fundiária, absorvendo inclusivamente o bastião tradicional da grande agricultura comercial, a Associação Central da Agricultura Portuguesa, com sede na capital. Embora todas estas passagens parmançam ainda relativamente obscuras, o papel da União Agrária na formação da União dos Interesses Económicos não parece negligenciável: sem se elevar propriamente ao primeiro plano, Pequito Rebelo está presente em todas estas operações de recomposição política da grande burguesia. Aquando da desmilitarização da Ditadura, em Abril de 1928, é a Associação Central que impõe o seu presidente, Nunes Mexia, para a pasta da Agricultura — o percurso político deste grande proprietário do concelho de Mora é, aliás, sintomático: cacique progressista na fase final do rotativismo, ausenta-se da cena política com o advento da República, para voltar a exercer cargos importantes, como governador civil de Évora, com o sidonismo, voltando depois a aparecer como um dos líderes da União dos Interesses Económicos, para aceder, finalmente, ao ministério na fase de lançamento da Campanha do Trigo...

Afastar por cinquenta anos o espectro da «reforma agrária», esmagar por longo tempo o movimento sindical alentejano, garantir um preço remunerador para o trigo — eis algumas das tarefas de que o novo regime se encarregou em favor da grande burguesia fundiária e que lhe valeriam a gratidão eterna dessa poderosa fracção da burguesia nacional *strictu sensu*. Resta saber se, como se acreditava, em geral, nos meios da III Internacional na década de 1920 e como Vittorio Foa parece subscrever, é ou não aos latifundiários que cabe a iniciativa da fascização. No estado presente da pesquisa não é fácil responder cabalmente. Mas os elementos que vão nesse sentido são fortes.

Das duas vezes que um governo parlamentar ameaçou tocar no intangível direito de propriedade — em duas ocasiões e com motivações distintas: Lei de Mobilização Agrícola (Lima Basto, 1917) ²¹ e projecto-lei de reforma agrária (Ezequiel de Campos, Janeiro de 1925) —, a reacção foi violentíssima (golpe de Sidónio Pais, em Dezembro de 1917; golpe falhado de 18 de Abril de 1925, seguido do 28 de Maio). E talvez tanto mais violenta quanto, a este respeito, a grande propriedade fundiária esteve durante algum tempo relativamente isolada politicamente, já que nem os conservadores do Centro Católico escondiam as suas críticas à estrutura fundiária do Sul (cf. Lino Neto e Oliveira Salazar) ²², convergindo,

²¹ Cf. os meus *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal*, Porto ed. Inova, 1974, pp. 463-469.

²² A. Lino Neto, *A Questão Agrária*, 1908; A. O. Salazar, *A Questão Cerealífera: o Trigo*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1916; cf. também *Materiais...*, pp. 71, 87-88 e 449-462. Vale a pena insistir na clareza com que Salazar desmistifica as pretensas virtudes do protecçãoismo cerealífero e, ao mesmo tempo, é levado a escrever que «o interesse nacional exige ainda por muito tempo [...] se conceda à cultura do trigo o benefício de a conservar alheia ao embate da concorrência dos trigos exóticos»: sobre o que possa significar aqui o «interesse nacional» permito-me remeter o leitor para os meus *Materiais...*, p. 462. Também aqui Salazar revela

aliás, com a *intelligentsia* tecnocrática vizinha da *Seara Nova*, na ideia de que a situação alentejana representava, não só um perigoso abcesso político-social, mas também um obstáculo à absorção do «excedente populacional» do Norte sob a forma de uma colonização interna²³.

O último capítulo da tese de Fernando Medeiros, que estuda o papel da crise e da repressão na desorganização e esmagamento do movimento operário, antes mesmo do 28 de Maio, dá muito bem conta, ainda que sucintamente, da recomposição política das classes possidentes segundo um encadeamento que se poderá talvez resumir deste modo: até 1921-22, o movimento operário não perde a iniciativa, enquanto o sector industrial, sem ser possível distingui-lo sempre da especulação mais desenfreada, se expande, ao mesmo tempo que faz face às reivindicações operárias, quer ao nível dos locais de trabalho, quer exercendo toda a sorte de pressões sobre o poder político; a partir de 1923, enquanto o movimento sindical entra declaradamente em crise — perda de efectivos, cisões, burocratização e golpismo ao nível dirigente, sucessivas derrotas parciais, até essa derrota global que foi a abolição do «pão político» (1923) —, o patronato passa, pelo seu lado, ao contra-ataque: a Confederação Patronal responde mais ao reagrupamento do pequeno e médio patronato industrial e até comercial do que à Confindustria italiana e funciona, na prática, nos moldes espanhóis dos *somatênes*, isto é, organizando grupos armados de fura-greves e de racha-sindicalistas (no que era, aliás, coadjuvada cada vez mais vigorosamente pela violência policial, a qual se dava como justificação o aparecimento de grupos operários de «acção directa», como a Legião Vermelha, grupos que nunca obtiveram o apoio das organizações oficiais e testemunhavam assim do estado de desagregação do movimento operário).

Em finais de 1923, o Congresso das Associações Comerciais e Industriais²⁴ assinalaria, talvez, a viragem: ao concentrarem a sua atenção sobre as questões financeiras (câmbio, circulação fiduciária, défices comerciais e orçamentais), os congressistas dividir-se-iam, finalmente, em duas tendências — estabilização da moeda *versus* deflação. O Dr. Oliveira Salazar, que aparece no Congresso como perito, defenderá já a deflação, mas, como observa Fernando Medeiros, «se Salazar obteve um acolhimento muito favorável, não foi tanto pelos objectivos a alcançar [equilíbrio orçamental], como sobretudo pela sua 'demonstração' da necessidade de refazer integralmente o aparelho de Estado» (p. 347). Os sucessivos governos Álvaro de Castro e Rodrigues Gaspar viriam mostrar que a deflação não era uma questão técnica, mas eminentemente política, e em menos de um ano o escudo recuperaria $\frac{1}{3}$ do seu valor contra a libra.

Esta derrota dos interesses industriais no plano da política financeira vem a coincidir com o eclipse da Confederação Patronal, surgindo então de novo na trajectória da recomposição política dos possidentes a Cruzada Nun'Álvares, onde já aparecem elementos vindos da Confederação Patronal unidos aos agrários integralistas, mobilizando vastas camadas com apelos ao

particular clarividência quanto aos necessários compromissos da recomposição política das classes dominantes.

²³ A tese era, aliás, recorrente: vinha de Oliveira Martins, passara por Basílio Teles e fora amplamente desenvolvida por Ezequiel de Campos a partir do seu grande volume inaugural, *A Conservação da Riqueza Nacional*, 1913. Não só o tema, como a própria terminologia, reapareceriam com o Estado Novo, como se sabe (cf. *Materiais...*, pp. 513-530).

²⁴ Cf. *Teses e Actas*, Lisboa, 1924.

catolicismo (Pequito Rebelo relançava no Alentejo a Liga dos Agricultores Católicos, enquanto Pereira da Rosa atacava alguns porta-vozes da Associação Industrial no Congresso de 1923).

No decurso do ano de 1924, cuja segunda metade é marcada pelos efeitos drásticos da deflação, esboça-se um movimento de aproximação entre forças operárias (o P. C. P. mais consequentemente do que a C. G. T.) e forças da Esquerda Democrática (sob a liderança de Domingues dos Santos e João Camoesas). Embora este esboço de «frente unida» praticamente não vingue (os elementos da C. G. T. que lhe eram favoráveis são afastados pelos anarquistas dos seus postos dirigentes), as forças coalizadas na Cruzada Nun'Álvares — que, como vimos, materializava um alargamento da base político-ideológica da grande propriedade fundiária fascizante a camadas significativas do pequeno e médio patronato da antiga Confederação — voltam à carga. «O seu programa», explica F. Medeiros, «será integralmente retomado pela União dos Interesses Económicos, [que] surge a 14 de Novembro, após três meses de preparativos e conspirações.» O seu aparecimento é apoiado com um *lock-out* geral do patronato das lojas e oficinas de Lisboa. «Estavam assim unificadas as 'forças vivas' trabalhando abertamente para o advento do Estado Novo.» (Pp. 349-350.)

Entre a criação da U. I. E. e o fascismo interpor-se-iam, no entanto, toda uma série de obstáculos. A democracia parlamentar reage debilmente, permitindo que a Esquerda Democrática aceda ao poder durante pouco mais de dois meses, sem, no entanto, se atrever a apoiá-la nos seus projectos reformistas. A U. I. E. parece então jogar o jogo parlamentar e apresenta-se, aliás com certo êxito, às eleições de 1925. Ao mesmo tempo, porém, alguns dos seus homens, como Filomeno da Câmara, lançam-se no golpe de 18 de Abril, perante o qual se refaz momentaneamente a resistência popular republicana, enquanto do próprio Parlamento se vão levantando vozes em favor da ditadura militar (Cunha Leal, por exemplo). Até ao 28 de Maio.

Não restam dúvidas, pois, sobre o papel da fracção dos agrários na recomposição, de sentido fascizante, de vastas camadas possidentes, em oposição mesmo aos interesses económicos imediatos do grande capital financeiro. A partir de 1921-22, o grande capital industrial parece efectivamente ter perdido a iniciativa política. E, no entanto, em Portugal, ele está longe de estar isento, bem pelo contrário, de tentações autoritárias. Pode-se dizer que, desde a entrada do parlamentarismo monárquico na sua crise final, isto é, antes mesmo da recessão de 1907-8, já os meios industriais mais poderosos parecem ter retirado a sua confiança aos grandes partidos rotativos tradicionais, para darem o seu apoio ao partido franquista (regenerador liberal) e, seguidamente, à própria ditadura de João Franco²⁵. Com a implantação da República, a grande indústria não parece ter reportado a sua confiança sobre nenhum dos novos partidos, o que, por si só, é já uma das razões por que a crise do parlamentarismo se prolonga, sem solução de continuidade, pela República fora.

Efectivamente, se seguirmos a trajectória política de um homem como Alfredo da Silva, que surge em cena com o franquismo, na mesma altura em que se lançava no empreendimento do Barreiro, vê-lo-emos animar,

²⁵ Vasco Pulido Valente aflorou a questão num artigo de *O Tempo e o Modo*, «Ramalho Ortigão e a questão do Estado em Portugal» (1967); eu próprio procuro demonstrar esta ideia na minha tese de 3.º ciclo — *Portugal, 1890-1914: Classes Sociais, Poder Político e Crescimento Económico* —, ainda inédita.

durante os dez primeiros anos da República, a resistência patronal à ofensiva operária, exortando nomeadamente a sua classe, reunida na Associação Industrial, a não aplicar a legislação do trabalho que os sucessivos governos republicanos iam sendo obrigados a promulgar perante a crescente ofensiva dos operários. Em 1918, durante o sidonismo, Alfredo da Silva entra para esse embrião de «câmara corporativa» que era o Conselho Económico, mas vai retirando o seu apoio ao aprendiz de ditador, quando a política económica do sidonismo, a um tempo nacionalista e populista, surge como um empecilho às actividades especulativas e exportadoras da C. U. F. Com a queda de Sidónio e a derrota do monarquismo fascizante, em inícios de 1919, que vêm a coincidir com o apogeu da ofensiva operária, Alfredo da Silva lança-se abertamente na luta política, financiando, de parceria com Fausto Figueiredo, o quotidiano *A Imprensa da Manhã*, onde desencadeia uma campanha violentíssima contra os partidos em crise permanente. Só os contra-efeitos do 19 de Outubro (1921) — golpe no qual *A Imprensa da Manhã* terá tido o seu papel, mas que valeu a Alfredo da Silva um segundo atentado contra a sua vida — o levam a afastar-se da política, ausentando-se para Espanha, onde, desde 1926, ao abrigo do regime de Primo de Rivera, abre uma unidade adubeira mais importante que a do Barreiro²⁶, só surgindo activamente em Portugal depois do 28 de Maio, lá para 1928, como um dos promotores da Campanha do Trigo...

Por outras palavras, no estado presente da pesquisa, pode dizer-se que, no plano político-ideológico, a fracção agrária da grande burguesia nacional, no sentido restrito que lhe dá Poulantzas, desempenhou um papel decisivo no desencadeamento do processo de fascização. Por outro lado, é claro também que, quanto mais tardio e dependente, à escala mundial, é o grande capital industrial, mais cedo ele se funde com o aparelho de Estado, mais cedo se faz economicamente monopolista e socialmente antioperário e, por via de consequência, mais cedo se fasciza. Ainda, pois, que se confirme em Portugal a tese já antiga que atribui à grande propriedade fundiária a iniciativa fascizante, não deixa de ser verdade que ambas as fracções da grande burguesia nacional tendem precocemente para as soluções «extra-parlamentares» a partir do momento em que «a relação entre a expansão monopolística do Estado e a crise do Parlamento», segundo sugere Vittorio Foa, conduzem ao «esvaziamento das instituições representativas, [o qual] estava consumado [...] muito antes da liquidação constitucional das liberdades democráticas, assim como a derrota da classe operária foi a premissa, e não a consequência, da instauração formal da ditadura fascista». E Vittorio Foa conclui: «Olhe-se sob que aspecto se olhe, o fascismo surgiu como codificação e estabilização de uma nova relação de forças determinada pela ascensão vitoriosa do monopólio industrial.» (P. XXXI.)

E tanto assim parece ser, mesmo tendo em conta o atraso da industrialização portuguesa, que, se é certo que, no plano político-ideológico, o papel da grande propriedade fundiária no desencadeamento do processo de fascização foi decisivo, já no plano da política económica do fascismo, enquanto materialização do novo «bloco no poder», encontramos, em parte pelo menos, «a codificação e estabilização de uma nova relação de forças determinada pela ascensão vitoriosa do monopólio industrial». Vimos atrás

²⁶ A história da C. U. F. está por fazer. Alguma pesquisa já começou, mas ainda não se chegou a resultados publicáveis. As informações aqui reproduzidas a respeito da actividade de Alfredo da Silva em Espanha são de Ferreira Dias (*Linha de Rumo*, 1946), que trabalhou para a empresa.

a trajectória política da C. U. F., até à expatriação industrial. Examinemos agora um caso exemplar da política económica do novo regime que talvez ilumine retrospectivamente a questão: trata-se da Campanha do Trigo²⁷.

É costume as pessoas deixarem-se obnubilar pela faceta ruralista da Campanha, quando não pelo ideal autárquico proclamado no seu lema: «O trigo da nossa terra é a fronteira que melhor nos defende» — lema que convoca simultaneamente o impacto simbólico do pão para a boca e o patriotismo perante um inimigo exterior, que já só podia ser o bolchevismo. Ora, se é verdade que a Campanha representou um ultraproteccionismo mediante o qual, segundo o mesmo modelo já atrás mencionado, foi possível reconstituir atrás da grande propriedade e da grande exploração cerealífera de sequeiro, e a favor delas, largas camadas do mundo rural (a «salvação da pequena burguesia» representa, pois, de novo, o alargamento das rendas diferenciais de que era beneficiária a grande burguesia agrária); se é verdade ainda que a Campanha do Trigo veio assegurar um preço suficientemente remunerador para cobrir os investimentos que, antes mesmo do 28 de Maio, a grande lavoura cerealífera vinha sendo obrigada a realizar (basta dizer que a percentagem de trigo debulhado mecanicamente passara de 18,7 % no ano agrícola de 1920-21 a 27,6 % em 1925-26, para se elevar, antes ainda do lançamento da Campanha, a 38,2 % no ano agrícola de 1927-28, estacionando pelos 40 % até 1933 e só em 1934, quando se saía já do auge da crise e do desemprego, atingiria 47 %, ultrapassando finalmente os 54 % antes da guerra) — se tudo isto é certo, não o é menos o facto de, enquanto o preço do trigo caía lentamente do índice 2963,6 em 1929 (em escudos, base 1914) ao índice 2709,1 em 1934, os preços das máquinas e utensílios passaram do índice 100 (em escudos, base 1929) ao índice 135 em 1934 e os adubos se elevaram do índice 100 em 1929 ao índice 220,7 em 1934²⁸.

Ou seja, o essencial dos subsídios, saídos do bolso do consumidor e do contribuinte — isto é, a massa da população urbana, nomeadamente a proletária, maior consumidora de pão —, transitam através da agricultura para irem desembocar nos bolsos da C. U. F. (e, por via desta, da grande firma internacional Imperial Chemical Industries) e da SAPEC — a produção nacional de superfosfatos passou de cerca de 100 000 t em 1927 para mais de 200 000 t em 1934²⁹ —, assim como de algumas empresas já importantes do ramo metalomecânico, nomeadamente a Metalúrgica Duarte Ferreira, do Tramagal, a qual, antes mesmo de começar a construir as primeiras debulhadoras portuguesas — sob patente estrangeira, naturalmente —, já fornecera as estruturas metálicas dos inúmeros celeiros construídos nos anos da «superprodução» (1933 e 1934).

Por outro lado, dado que a Campanha se fez, em parte, à custa dos lucros do ramo moageiro — a polémica entre lavradores e moagem fez

²⁷ Sobre a Campanha do Trigo há bastante material. Uma síntese, elaborada, desse material começou a ser publicada na *Análise Social* (n.º 46, 1976), por um grupo de estudantes de Economia do I. S. C. T. E. Averbemos o juízo lapidar de Ezequiel de Campos emitido em 1931 sobre a Campanha: «O prémio de cultura não passará de mais um imposto [...] A Campanha do Trigo ajudou a vender máquinas e adubos [...] mas a produção continua à mercê dos meteoros.» (*Para a Ressurreição do Lázaro*, pp. 116-117.)

²⁸ Lima Basto, *Inquérito Económico-Agrícola*, Universidade Técnica, 1934, vol. IV, gráfico XXIV e quadro XLVI.

²⁹ L. Martin Graça, *Os Adubos em Portugal*, Lisboa, ed. Ministério da Agricultura, 1939.

então correr rios de tinta —, esta política, que materializa um certo tipo de aliança entre os sectores industrial e agrário, contribuiu, por seu turno, para acelerar o processo de concentração do ramo moageiro. Mais globalmente, a Campanha do Trigo, para além dos fumos ruralistas, ao deslocar o lugar de dominação da indústria sobre a agricultura de uma indústria de baixa composição capitalística situada a juzante da esfera agrícola (a moagem) para sectores de composição orgânica mais alta, situados a montante daquela esfera (química, metalomecânica), introduziu, muito objectivamente, um salto qualitativo no desenvolvimento do capitalismo em Portugal sob o comando industrial.

Aliás, tais constatações permitem chamar a atenção para um facto espectacularmente negligenciado pela historiografia portuguesa, e que é o seguinte: se há um sector agrícola integrado no processo de reprodução alargada do capital em Portugal (*strictu sensu*: cf. *Das Kapital*, liv. II), esse sector não é — para lá das condições de miséria extrema que lhe foram impostas, para lá mesmo do seu contributo (decisivo) como fornecedor de força de trabalho e bens alimentares a baixo preço — o da pequena exploração familiar parcelar, mas sim, fundamentalmente, o da grande lavoura cerealífera, quase o único a integrar *inputs* industriais minimamente significativos. Por outras palavras, a Campanha do Trigo representou o relançamento e aprofundamento do modelo posto a funcionar desde o restabelecimento do proteccionismo cerealífero (1889 e, sobretudo, 1899), que fora cortado, em consequência da recomposição política do proletariado, através da luta contra a carestia ³⁰, pela guerra e, logo a seguir, pelo «pão político» (1919-23). Tal modelo só daria sinais de novo esgotamento quando o uso contínuo das terras em regime cerealífero rompeu os antigos equilíbrios culturais (campo-pousio-pastagem) e degenerou no desgaste dos solos (nessa altura, aliás, a fracção agrária da grande burguesia nacional descobrir-se-ia uma vocação de defensora dos «fundos de fertilidade» e até dos seareiros arruinados) ³¹.

5. O «COMPROMISSO HISTÓRICO» DO FASCISMO EM PORTUGAL

Lucena dizia, pois, sem avançar demasiado, que nenhum regime se parecia mais com o de Mussolini do que o de Salazar. O que deixa supor diferenças, algumas das quais é o próprio Lucena a sublinhá-las; outras, deixa-as ele por analisar. Uma delas é a que já vimos constituir o objecto do trabalho de Jorge Campinos, ou seja, a forte dose de compromisso político-ideológico consubstanciado na Constituição de 1933, a qual acabou com a ditadura «de direito» para a conservar «de facto», mas, ao mesmo tempo, consagrava na esfera do jurídico a contraditória temperança do regime — uma ditadura envergonhada, que não se quer reconhecer como tal. Lucena também regista a importância deste compromisso, embora acrescente depois, para manter a assimilação do regime português com o italiano, que o próprio Partido Nacional Fascista teria sido levado, quando se instalou no poder, a introduzir muitos compromissos no seu projecto inicial.

³⁰ Logo nos inícios de 1915, quando da instauração da tentativa ditatorial de Pimenta de Castro, a população operária de Lisboa se opôs ao aumento do pão (cf. Rocha Martins, *Pimenta de Castro Ditador*, Lisboa, s. d., pp. 85 e segs.). Esta luta prosseguiu sem desfalecimento até 1923, como o testemunha toda a documentação da época.

³¹ J. Mira Galvão, *O Seareiro*, 1946.

Por outras palavras, mau grado as profundas diferenças iniciais entre os movimentos que, na Itália e em Portugal, vão dar origem à fascização, haveria — segundo Lucena, e eu estou de novo pronto a acompanhá-lo nesta conclusão — uma notória convergência entre ambos quando se entra na fase do exercício do poder: tal convergência é nomeadamente consubstanciada no regime muito semelhante do corporativismo, que na Itália de pouco precede o português e tem idêntica matriz nacionalista, e uma política económica das mais semelhantes: idêntica ortodoxia financeira deflacionária, idêntica exaltação autárquica e idêntica intervenção estatal no sentido da limitação da concorrência (condicionamento), medidas todas elas destinadas a apresentar como «virtude» a «necessidade» de gerir o impacte local da crise mundial, não só ao nível produtivo, mas também ao nível da absorção de um desemprego ou subemprego tanto mais maciços quanto a crise determinou uma quebra drástica dos efectivos da «superpopulação» anualmente eliminados pela emigração e da correspondente realimentação das remessas de divisas por parte de novos emigrantes.

Esta sintonia parece indiscutível durante a década de 1926 a 1936, em que, conforme diz Vittorio Foa, o fascismo se apresenta em Itália, antes de mais, como gestor da estagnação — e peço licença ao leitor para lembrar que já era assim que eu propunha, há algum tempo, que olhássemos a implantação do fascismo em Portugal: como estagnação destinada a assegurar a pacificação social e política³². Já ao aproximar-se a guerra, data em que o fascismo italiano, designadamente no plano da intervenção do Estado na economia, se vai aproximar do nazismo, o regime português começa a afastar-se de tal modelo, tendencialmente belicioso, para se ir arrumando do lado dos Ingleses. Não se encontrará em Portugal nada que se pareça com a constituição do I. R. I. e a sua intervenção desenvolvimentista na economia, e muito menos com as nacionalizações nazis (Volkswagen, etc.). Será de apurar em que medida o modelo do condicionamento industrial, nomeadamente no que respeita à C. U. F., terá cristalizado o regime monopolístico a pontos de excluir qualquer vontade de alargar a base de reprodução dos capitais acumulados ao abrigo dele: a regra não é, de resto, geral, pois Ferreira Dias conta-nos como os cimentos Sommer — duplos beneficiários da política de condicionamento e dos programas de obras públicas simbolizados por Duarte Pacheco — eram já candidatos, desde 1941-42, ao lançamento de uma indústria siderúrgica com a qual, como é sabido, só muito mais tarde o grupo seria autorizado a avançar³³.

Fica de pé, todavia, a maior dimensão do «compromisso» do fascismo em Portugal. A este respeito pouco é adiantado nos livros que temos diante de nós. Antes, porém, de avançarmos com algumas propostas de trabalho que temos a fazer, tomemos nota de outra importante diferença empiricamente constatada por Lucena entre os regimes italiano e português, pois parece-me que ela se pode prender bastante com a anterior. Trata-se da menor «agressividade» evidente do regime português quando comparado com o italiano, quer antes, quer depois, da tomada do poder. Entre outras razões possíveis, Lucena avança uma que não nos parece nada destituída de verosimilhança: diz ele que, em Itália, o fascismo *tinha de ser* conquistador, imperialista (o que o aproximaria, aliás, da Alemanha nazi); em Portugal,

³² *Materiais...*, p. 100.

³³ Ferreira Dias, *Linha de Rumo*, 1946.

lembra Lucena, o fascismo é imperial de nascença, não tem por missão conquistar, mas apenas defender, *conservar*, o império herdado.

Sobre os fundamentos imperiais, «africanos», como alguns então diziam, do fascismo em Portugal, tanto no plano «espiritual» como no plano «material», ninguém parece ter dúvidas; valeria a pena reler, no entanto, se se tiver paciência para isso, os primeiros capítulos de *O Estado Novo* (1932), de João de Almeida, antigo capitão das Áfricas e uma das numerosas vítimas das sucessivas depurações a que, em Portugal como na Itália, a institucionalização do novo regime obrigou; outro texto cristalino, e anterior, é *O Ditador* (1927), de António de Cértima, personagem que vem da guerra de África (*Epopeia Maldita, Legenda Dolorosa do Soldado Desconhecido de África*), através do modernismo literário, até ao nacionalismo fascizante: «o Pensamento Político das últimas gerações, que poderemos chamar de Novos Republicanos, engendrou-se (embora este facto pareça estranho para a maioria dum público educado na paixão sectarista dos partidos da república) coado por assimilações filosóficas e adaptações nacionais, em contacto com as modernas teorias sindicalistas-nacionalistas dos pensadores da *Action Française*, aliado ao nacionalismo italiano de Corradini.»³⁴ (Pp. 61-62.)

A ser, pois, correcta a intuição de Lucena, e cremos bem que o é, então vale a pena ir mais longe. Compromisso, ausência de agressividade — de onde vêm tais caracteres? Invertamos os termos ao quebrado divisor e não procedamos historicisticamente, de trás para diante, da tradição para a frente, como qualquer João de Almeida. Procedamos de diante para trás. Como o próprio João de Almeida, entre tantos outros, nos lembra, a «restauração financeira» era o primeiro cômputo que à ditadura, e ao Dr. Salazar em particular, cabia dar provimento. Fora do padrão ouro desde essa outra crise temerosa da Nacionalidade que foram os anos de 1890-92, já então com as colónias no seu cerne, Portugal vê-se finalmente reconduzido, pela mão ortodoxa do ditador das finanças, à comunidade monetária internacional em princípios de 1931. Ora, em Setembro — é Marcello Caetano quem no-lo conta³⁵ —, é a própria Inglaterra que se vê forçada pela crise a abandonar o padrão ouro. O «comité central» da ditadura reúne-se sob a direcção do Dr. Salazar e, *nolens volens*, decide acompanhar a Inglaterra na sua decisão, retirando-se assim de novo do padrão ouro. Não iluminará retrospectivamente este episódio a natureza dos interesses contraditórios que a ditadura teve de transformar em «compromisso»?

Trata-se efectivamente do império herdado. Mas, ao herdar o império, o fascismo em Portugal herdou igualmente os poderosíssimos interesses correspondentes àquilo a que Sérgio chamava a «política do Transporte»: grande e pequeno comércio de *import-export*, navegação, banca, seguros. E herdou ainda a dependência destes interesses em relação à potência britânica. Era desses interesses mercantis — vilmente mercantis — que falava toda a literatura político-económica abundantemente produzida na primeira metade dos anos 20 pelos inúmeros porta-vozes da fracção *nacional* — por oposição a *compradora*, na terminologia de Poulantzas — da burguesia do

³⁴ Curiosamente, António de Cértima cita, numa longa lista de livros e revistas que em Portugal propagandearam a ditadura, uma publicação intitulada *A Ideia Nacional — Revista de Factos e Filosofia Política*, dirigida por Homem Cristo Filho (p. 55).

³⁵ *Influência da Crise Britânica na Desvalorização do Escudo*, 1931.

País como é o caso de um Quirino de Jesus ou de um Ezequiel de Campos; mas também das várias fracções *remediadas*, sobretudo as que, vivendo de pequenos e grandes rendimentos mais ou menos fixos, sucumbiam perante a inflação galopante; e até de um outro porta-voz das classes operárias afectadas pela crise das actividades produtivas nacionais, preteridas, a partir de 1923, à especulação e à fuga de capitais. Interesses mercantis cuja proliferação F. Medeiros também analisou, sem, no entanto, sublinhar quanto era possível, na minha opinião, o peso social, político e ideológico de vastas camadas de gente mais ou menos possuidora de algum bem e que, como tal, receava: se é verdade que *qui possède, craint*, então não é de exagerar o papel simultaneamente propiciador e limitador da estratégia fascizante entre nós desempenhado por estas camadas.

Por outras palavras, creio que tanto a pesquisa como a reflexão empreendidas até aqui permitem avançar a hipótese segundo a qual, embora o fascismo em Portugal represente uma recomposição política da burguesia portuguesa globalmente favorável à fracção *nacional*, com diminuição portanto dos ilimitados poderes de que a fracção *compradora* chegou a beneficiar sob a República, designadamente sob o chamado Partido Democrático afonsista, os interesses desta última fracção eram de tal modo consideráveis e ramificados, de tal modo orgânicos à estrutura do capitalismo em Portugal depois de não sei quantos séculos de «política do transporte», que, ainda admitindo que essa fosse a intenção do regime, difícil lhe seria extirpá-los totalmente do solo da sociedade portuguesa.

Isso mesmo reconhecia o próprio Sérgio quando, em 1925, em apoio ao Governo Domingues dos Santos, preconizava capitalística, mas utopicamente: «A doutrina da Fixação [...] não é uma ideia exclusivista: não pretende que desistamos de comerciar e transportar; muito pelo contrário; sustenta, porém, que a actividade comercial marítima não será sólida e vigorosa se não assentarmos ao mesmo tempo, e na mais pujante vitalidade, a base económica metropolitana e a prosperidade do nosso agrícola [...] Devem os lucros do comércio marítimo fomentar o enriquecimento em Portugal, na fabricação e na agricultura.»³⁶ Mais do que na própria Itália, provavelmente, às veleidades antiplutocráticas do fascismo quimicamente puro deparavam-se entre nós barreiras que só a profunda recessão mundial de finais da década de 1920 e princípios da década de 1930 permitiria fazer recuar — pouco e durante pouco tempo.

Em 1938, o Dr. Salazar voltava à carga com uma bela tirada antiplutocrática perante os próceres da Assembleia Nacional, convocando o velho fantasma fascista da colaboração do capital e do trabalho «contra uma falsa burguesia parasitária e gozadora»³⁷. Tal tirada não é só sintomática da ideologia dominante do regime. Creio que, nesta fase avançada do processo de corporativização, tal tirada é já destinada a escamotear o facto de o momento antiplutocrático do regime estar, precisamente, findando. Só a crise mundial, estou em crer, permitiu, aliás, que tal fase se iniciasse e obtivesse algum êxito duradouro.

Socorrer-me-ei de novo do exemplo da Campanha do Trigo para explicar o que tenho em mente, mas qualquer forma de condicionamento

³⁶ Antologia de textos de A. Sérgio organizada por Joel Serrão, Lisboa, ed. Portugália, s. d., pp. 62 e segs.

³⁷ *A Primeira Legislatra do Estado Novo, 1935-38* (dir. de A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Publicações Europa-América, 1973, p. 275.

proteccionista é assimilável, para o efeito, à Campanha. Em primeiro lugar, a fracção *import-export* da burguesia portuguesa, desde a sua presença significativa na alta finança até à loja da esquina, vê reduzida a sua importância pela própria redução, pura e simples, das trocas internacionais: é patente a intervenção do Estado na regularização dos comércios das conservas e da cortiça, no que respeita a actividades exportadoras (já que o trigo é, para este efeito, actividade importadora). Em segundo lugar, a prolongada interrupção da emigração e, por via de consequência, da realimentação das divisas enviadas de fora deixa de contribuir para colmatar o défice tradicional da balança comercial, reduzindo assim as margens de actividade da dita burguesia compradora.

Assim quando os porta-vozes do regime exaltam a autarquia em geral e a auto-suficiência cerealífera em particular, insistindo na poupança de divisas, o argumento tem pertinência: o equilíbrio financeiro é de facto uma imposição da conjuntura mundial e joga, muito objectivamente, a favor da produção para o mercado nacional e contra os interesses da fracção *import-export*. A Campanha do Trigo é, neste contexto, uma outra imposição — imposição muito imediata, por exemplo, de reconverter em toda a medida do possível as produções vinícola e corticeira, sem mercado, em produção de pão para os Portugueses. Todavia, já acima se viu, aquando do episódio da desvinculação da libra relativamente ao padrão ouro, em 1931, que o âmbito das restrições impostas à burguesia de *import-export* tinha limites muito precisos.

6. UM MODELO DE ESTAGNAÇÃO PROGRAMADA

Foi, pois, por paradoxal que pareça, ao vigor daqueles interesses vilmente mercantis — plutocráticos: especuladores, parasitários, gozadores — que ficámos provavelmente a dever a temperança da ditadura fascista em Portugal. Porém, esse vigor apontaria, por seu turno, para o carácter limitado das restrições impostas à sua actividade — por outras palavras, a pequena porção de mais-valia eventualmente recuperada pela burguesia nacional à fracção compradora. Visto o papel crucial, embora contraditório, que o Império Colonial mais uma vez desempenhou — por muito anti-britânico que o nacionalismo fascizante português fosse, e era-o bastante, nenhum dos seus porta-vozes teve o descaramento de apresentar Portugal como «o grande proletário» da imagética imperialista-anti-imperialista italiana, pois a existência mesma daqueles poderosos interesses mercantis supunha, como base material, que o saldo entre o que se retirava das colónias e o que se escapava para a Inglaterra era, apesar de tudo, positivo —, visto o papel do Império nesta conjuntura, dizíamos, o modo como as diferentes fracções das classes possidentes se recompuseram politicamente perante a necessidade de impor uma paz social duradoura, partilhando o poder segundo um «bloco» definitivamente estabilizado em 1934³⁸, teria apontado para um modelo de estagnação programada deste género:

1.º *Contenção salarial drástica, donde pouca ou nenhuma margem oferecida concretamente à integração de fracções significativas do operariado no concerto fascista;*

³⁸ A própria data do esmagamento da revolta operária de 18 de Janeiro de 1934 é um bom indicador desta estabilização. Do lado das fracções das classes possidentes

- 2.º *Instalação do grande capital financeiro (tal como definido atrás) em regime de monopólio por sectores, restaurando-se as suas margens de lucro, não tanto mediante novos investimentos, como mediante as rendas garantidas pelo condicionamento;*
- 3.º *Manutenção dos proventos da pequena burguesia ao nível de uma reprodução não só estreita, como sobretudo pulverizada em mil e um centros de acumulação, pelo que esta se via forçada a fazer-se através dos circuitos bancários colectores das diversas «poupanças», donde que esta pequena burguesia tenha retirado do fascismo vantagens sobretudo negativas, embora apreciáveis (não ir à falência);*
- 4.º *Política financeira hiperortodoxa, visando, antes de mais, a salvaguarda dos beneficiários de rendimentos mais ou menos fixos, o que terá porventura constituído a concessão mais palpável feita pelo grande capital financeiro à chamada pequena burguesia, materializando assim a sua «aliança» com a renda fundiária, sob a hegemonia da grande propriedade;*
- 5.º *Um modelo de tão fracas capacidades reprodutivas não apontava, como é óbvio, para grandes massas de investimentos, donde que os postos de trabalho lentamente criados fossem mais do que insuficientes para absorver o desemprego, o que também não concorria para a integração activa do operariado no corporativismo;*
- 6.º *Salários baixos e mercado do trabalho parado apontavam, por seu turno, para manter o campesinato — de que só uma pequena parte não fazia a sua venda no mercado — a níveis rés-vés da sobrevivência, donde a falta de base material para uma adesão verdadeiramente activa do campesinato ao fascismo, apesar de todas as condições ideológicas estarem aparentemente reunidas;*
- 7.º *Acentuação, ainda no que respeita ao campesinato, do seu papel quase exclusivo de fornecedor de força de trabalho e bens alimentares a baixo preço, o que, vindo pesar duplamente no sentido da baixa dos salários, não apontava para qualquer espécie de alargamento do mercado interno, seja urbano ou rural;*
- 8.º *A ausência de investimento industrial, com a consequente falta de inovação tecnológica e de abertura de novos ramos e com a já aludida estagnação do mercado da força de trabalho, terá determinado uma estratificação operária de consequências várias: extrema valorização, por parte do operariado, da segurança do emprego, o que, por um lado, terá facilitado as políticas patronais de tipo paternalista e, por outro, terá contribuído para «cortar» o proletariado fabril da massa proletarizada sem emprego certo nem estável, nomeadamente da massa de origem rural recentemente imigrada para a cidade;*
- 9.º *Do ponto de vista da composição política da classe operária, à luz do que acabámos de sugerir acima, a dupla rigidez — ao nível do emprego como ao nível da qualificação profissional — do proletariado fabril terá apontado para uma similar rigidez dos seus*

é patente que, a partir de 1934, qualquer divergência deixa de transparecer na imprensa, que a partir de então adquire o tom estritamente apologético que lhe conheceríamos pelos anos fora. O livro de M. de Lucena informa sobre todos os passos institucionais dados nesta altura, desde o lançamento da organização corporativa à promulgação da Constituição (em 1933).

comportamentos políticos, designadamente das suas «simpatias partidárias» (esta composição de classe só seria posta em causa com o surto industrial da década de 60).

- 10.º *Não podendo o antikeynesianismo deliberado deste modelo satisfazer totalmente os interesses da fracção industrial do grande capital financeiro, tão-pouco esta se submeteu totalmente à corporativização da indústria, não podendo, por sua vez, a fracção bancária e comercial senão romper igualmente o pacto corporativo, donde que este último apenas tenha sido minimamente operatório, em termos económicos e sociais, no que respeita à esfera rural.*

Que neste modelo de estagnação programada resida uma parte do «mistério» da duração do regime, parece aceitável: quanto mais lento e controlado for o crescimento económico e social, tanto mais *chances* há de que os efeitos inevitáveis do crescimento possam ser absorvidos sem terem posto em causa o modelo, em suma, como se tratasse de uma espécie de «reprodução simples» do sistema em que os raros excedentes originados pela especulação ou algum recurso externo (volfrâmio, divisas dos emigrantes, por exemplo) são religiosamente destinados ao entesouramento...

Porém, já vimos atrás que a Itália, depois de ter vivido conforme um modelo semelhante durante cerca de uma década, viu romper-se o equilíbrio da estagnação. No estado actual da investigação relativa ao período da institucionalização e durabilidade do Estado Novo apenas me atrevo a sugerir algumas razões possíveis. Em Itália, a conquista imperial terá provavelmente contribuído mais para uma expansão militarizada da economia, designadamente a grande indústria siderúrgica e metalúrgica, cuja anterior dimensão não tinha já comparação com o sector metalomecânico português, do que para um empolamento da esfera da circulação semelhante ao nosso; os compromissos do fascismo institucionalizado ter-se-iam, assim, rompido mais depressa em favor da grande indústria, entretanto orientada para a guerra. E, assim, a maior «agressividade» inicial do fascismo italiano teria encontrado na aliança com a Alemanha nazi e na guerra (em cujos preliminares espanhóis já participa largamente) um novo alento, que mais o afastaria dos compromissos portugueses, desta vez para sempre.

São apenas hipóteses. Uma coisa, todavia, é certa: quaisquer que fossem os sentimentos secretos do ditador português, a verdade é que cedo, mal os conflitos internacionais se começam a avolumar e a fazer prever a guerra generalizada, Salazar tem o cuidado de prevenir as suas hostes contra qualquer iniciativa guerreira por parte de Portugal, demarcando-se claramente do expansionismo nazi e fascista: «tem-se a Europa encontrado nos últimos tempos, por mais de uma vez, à beira da catástrofe [...] Levou-a até aí a política *idealista* presa de certos grandes tropos conhecidos e de algumas frases feitas; foi o tempo em que credulamente se admitia a miragem da 'paz universal e indivisível' e da 'segurança colectiva', dos acordos e pactos 'no quadro da Sociedade das Nações'. Esfalfada esta pelo grande esforço a que a obrigaram [...] eis que de todos os lados se afirma e goza do maior favor a política *realista*, aureolada por alguns grandes sucessos. Por mim estou em rezear tanto uma como outra; preciso para isso de defini-las a ambas [...] [A política *idealista*] tornou-se estática e inactiva, cega perante todos os factos que à evidência demonstravam a sem-razão das suas posições [...] Em face desta perigosa cegueira, outras nações aplicaram métodos diferentes e obtiveram incontestáveis triunfos [...] Simplesmente

— e começam aqui as restrições —, esta política fascinará em breve as inteligências e apresentará o perigo de arrastar as vontades para o que no meu pensar é já desvirtuamento da política realista — a política do *facto consumado*, a política da *força* [...]»

«Os que desejaríamos viver na paz e segurança do nosso direito teremos de lamentar toda a política indiferente às imposições do direito e desprovida dum ideal superior de justiça — lamentar e, em harmonia com as realidades, prevenir-nos também: tal é o sentido do nosso rearmamento, das amizades na Europa e fora dela e da aliança inglesa [...] Já em 1935 a nossa actividade internacional era definida nas palavras seguintes, a cujo sentido nos temos mantido fiéis: 'Sente-se que a linha tradicional da nossa política externa, coincidente com os verdadeiros interesses da Pátria portuguesa, está em não nos envolvermos, podendo ser, nas desordens europeias, em manter a amizade peninsular, em desenvolver as possibilidades do nosso poderio atlântico.' Do carácter de potência atlântica nasceu a aliança inglesa [...] Daqui não se falta ao devido; e da parte da Inglaterra estou certo de que não.» (Discurso de 28 de Abril de 1938.)³⁹

Parece-nos que esta longa citação de Salazar fornece não só algumas das razões, como até algumas indicações relativas à periodização, para o *facto* de, embora partindo de uma matriz similar, o Estado Novo se afastar da dinâmica do fascismo italiano, *a fortiori* do nazismo. E, no entanto, é conhecida a intenção de relançar moderadamente a expansão através do Plano de Reconstituição Económica, de 1935, no qual transparecem algumas das ideias centrais do desenvolvimentismo de Ezequiel de Campos (electrificação, irrigação, etc.), mas, como dirá mais tarde Marcello Caetano «subordinando a resolução dos grandes problemas nacionais à disciplina de um programa administrativo e financeiro»⁴⁰. Os próprios prazos que o Plano dava — 15 anos — eram demasiado longos para que se pudesse ver nele, conforme diz, aliás, M. Caetano, mais do que «uma programação administrativa e financeira».

O que não tira nada à estimulação das obras públicas e construção civil — de que tantos exemplos se podem ainda contemplar pelo País fora — e à expansão do sector cimenteiro. Esta relativa reanimação económica da segunda metade dos anos 30 virá desembocar nas iniciativas industrializantes de 1941-42 a que ficou ligado o nome de Ferreira Dias. Mas é ele próprio quem conta, sem no entanto explicitar as razões, os inúmeros obstáculos com que esse breve surto se defrontou e que levaram, aliás, ao seu afastamento do Governo (depois de o grupo Sommer se ver impedido de lançar o empreendimento siderúrgico para o qual já então julgava ter capacidade). Ao findar a guerra, a Lei n.º 2005 viria de novo relançar a iniciativa industrial, mas sempre dentro dos mais rígidos quadros do condicionamento, isto é, preservando integralmente os monopólios constituídos. Mas não nos adiantemos. Reparemos, antes, como o esgotamento do modelo instituído pela Campanha do Trigo se espelha nas primeiras iniciativas de hidráulica agrícola (em discussão desde Janeiro de 1937), destinadas a permitir a reconversão parcial da cerealicultura de sequeiro, permitindo, ao mesmo tempo, a colonização de *facto* das áreas irrigadas e a alta das rendas.

³⁹ *A Primeira Legislatura...*, pp. 280-283.

⁴⁰ «O planeamento económico em Portugal», in *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, Junta de Investigações do Ultramar, n.º 21, 1959.

Tentando resumir: consciente da necessidade de reunir muita informação e de a discutir a fundo, atrever-me-ia a sugerir, por ora, que o Estado Novo não deixou de acompanhar a nova conjuntura mundial, mas, nem que seja apenas por razões de política externa ligadas, por seu turno, à natureza mesma dos interesses representados no seu compromisso, o período de relançamento económico não se organiza de modo algum segundo a dinâmica intervencionista e expansionista do fascismo. Assim, o vigor dos interesses mercantis, ligados simultaneamente ao Império e à aliança inglesa, teriam de novo tendido, como várias vezes sucedera já no desenvolvimento do capitalismo em Portugal, a restringir o espaço de crescimento do capital industrial, que assim se teria apegado encarniçadamente às rendas monopolísticas instituídas pelo condicionamento.

É uma hipótese, nada mais. À qual conviria acrescentar, nem que seja como lembrança para o trabalho futuro, o renascer do movimento operário a favor da alta conjuntura bélica, sabendo-se, como se sabe, que foram as greves de 1942-43, inseridas no contexto mundial do antifascismo, que constituíram a base material da reorganização do Partido Comunista e da sua duradoura implantação na classe operária. Ora tal movimentação vinha justamente minar essa paz social, que constituía o lugar geométrico e a razão de ser do Estado Novo. Não era, pois, de molde a encorajar o Estado a lançar-se numa política industrializante, para a qual até disporia então, crê-se, das reservas monetárias necessárias...

7. FASCISMO SEM PARTIDO?

Acabámos de ver que a análise, em termos de classes sociais, de algumas diferenças empiricamente constatadas por Lucena entre os regimes português e italiano nos permitia avançar na caracterização e periodização do advento, da institucionalização e até da própria durabilidade do fascismo em Portugal, embora já se possa depreender do que ficou dito atrás que a durabilidade do Estado Novo se deverá provavelmente ao abandono do fascismo — se não da sua matriz, pelo menos da sua dinâmica, dinâmica essa em acto desde que, à escala mundial, se começa a sair da crise e a entrar na expansão pré-bélica.

Diferenças consideráveis houve, todavia, que não parecem ter chamado a atenção de Lucena, nem, aliás, de nenhum outro dos autores que temos vindo a comentar. E uma delas é, no entanto, central à questão do fascismo — o partido. Há quem pense que o problema não é, aliás, tanto o de saber por que razão não houve em Portugal partido fascista, mas sim se é legítimo falar de fascismo onde não houve partido. Será essa, se interpretei bem, a posição de um Poulantzas. Ora, sem alinhar em velhos temas propagandísticos da III Internacional, repostos paradoxalmente em moda por uma extrema-esquerda que se proclama antiautoritária e segundo os quais, para utilizar as palavras de François Châtelet, «o Estado fascista é uma modalidade do Estado liberal [...] é o Estado liberal reduzido à sua essência»⁴¹, parece-me ter ficado razoavelmente fundamentada a ideia de que aquilo que uniu o regime português ao regime fascista italiano foi, designadamente na década de 1928 a 1938, mais do que aquilo que o se-

⁴¹ «Hypothèses concernant les relations de l'État fasciste et l'État libéral», in *Éléments pour une analyse du fascisme*, I, pp. 108 e segs.

parava dele. Assim, o problema que fica posto ao historiador é averiguar da possibilidade de um fascismo sem partido.

Já vimos atrás, entre os elementos de aproximação dos dois regimes na fase do exercício do poder, que o regime português se vai orientar, na esteira aliás do que já fora incipientemente tentado sob Sidónio, para o partido único — figura que, justamente por não constar do ideário maurrasiano, me parece representar uma concessão ao fascismo, naquilo que este tem de mais activo: a revolução nacional antibolchevique. É certo, por outro lado, que a União Nacional surge desde o início como uma criatura vinda do alto, do Estado, mas nem por isso deixa de se construir em oposição ao outro partido revolucionário, de signo contrário, que dominava na Rússia Soviética. E, se a União Nacional não tem nem as origens nem a militância do partido fascista italiano, nem por isso deixa de ter a mesma ideologia e — facto que me parece oportuno lembrar, pois tem andado esquecido — de se colocar sob a chefia incontestada de um homem não só providencial, como omnisciente e onnipotente.

Ora, se o Dr. Oliveira Salazar só veio a ocupar este lugar bastante tarde, o facto é que o dito lugar já existia muito antes, no âmbito de uma ideologia distintamente fascizante. Numa brochura dedicada à memória de Sidónio Pais e saída em 1924, João de Castro escrevia: «Sidónio Pais foi o primeiro Ditador Português. Foi o primeiro que directamente representou a energia e a vontade nacional contra as lutas de facções e os erros e crimes políticos. É um precursor da Ditadura Nacional [...] Não só nos aparece como a acção precursora da organização da autoridade portuguesa, mas até como uma antecedência, um sintoma precursor dos movimentos ditatoriais da Europa após a Grande Guerra [...] Ansiámos pela livre e forte expansão das nossas energias num Homem, num Ditador. O nosso messianismo exasperado [...] era a aspiração da Ditadura [...] O movimento ditatorial português vinha de longe, desde a reacção mental de Oliveira Martins passando por João Franco tentando salvar o régimen [...] por Basílio Teles tentando renovar a Nação por uma revolução vencedora e congregadora numa ditadura de realizações [...] O movimento messiânico do sidonismo vem realizar essa obra. Acordam em toda a sua profundidade as forças da Nação e sintetizam-se num Ditador [...] Na evolução social da Europa moderna congregam-se dois movimentos, penetram-se e influenciam-se entre si e a acção sobre um deles exercida não é indiferente ao outro. Um dos movimentos, essencialmente mental, é o da reacção antiliberal. O outro é um movimento de renovo das energias políticas, o movimento ditatorial [...] Despertado o nacionalismo, fatalmente ele se organizará em Ditadura e com ela virá a reacção antiliberal [...] À Ditadura messiânica de Sidónio Pais virá corresponder a Ditadura consciente e forte de realização e criação nacional [...]»⁴²

Num texto já aqui citado, com data de Maio de 1927, António de Cértima continua à procura d'*O Ditador*: «O general Carmona, colocando-se pois, em 9 de Julho⁴³, à frente do Governo da Ditadura, não fez mais do

⁴² *Um Ano de Ditadura. Discursos e Alocuções de Sidónio Pais*, coligidos e ordenados por Feliciano de Carvalho, com um estudo político de João de Castro, Lisboa, «Biblioteca de Acção Nacionalista», Lusitânia Editora, 1924. Curiosamente, este João de Castro, citado por António de Cértima como um dos precursores da «ideia ditatorial» em Portugal, alinharia em 1924-25 com José Domingues dos Santos na Esquerda Democrática... De um populismo a outro?

que obedecer a uma imposição unânime do exército [...] Todavia, o general Carmona não se julga por este facto investido nas excepcionais funções de Ditador [...] uma Ditadura sem que, contudo, haja um Ditador [...] A Ditadura está aceite desde o indivíduo até à multidão. A Ditadura está esparsa. Palpita em todas as vontades. Anima todas as consciências [...] É, em doutrina, a própria forma da Pátria [...] No entanto, não haverá dentro da capacidade social da Nação possibilidades de resolver a crise do Chefe, encontrando o Homem que corresponda ao presente estado de consciência política, produzido espontaneamente pela colectividade?»⁴⁴ Nas páginas finais do seu opúsculo, A. de Cértima chega a perguntar se o vencedor do 7 de Fevereiro (1927), coronel Passos e Sousa, não terá vocação para ditador. O que é certo é que o lugar foi ideológica e até politicamente produzido e está vazio: o cadeirão está lá, só falta alguém ser capaz de se sentar nele duradouramente.

Não se pode deixar de ver neste discurso, que é o discurso ideologicamente dominante da época, mais do que um simples conservadorismo, muito mais que uma direita parlamentar. Em contrapartida, a pequena burguesia nacionalista, rejeitada definitivamente depois da guerra para posições tanto mais reacçãoárias quanto o conflito aberto entre grande capital e classe operária mina as suas bases económicas, não produz em Portugal um partido fascista. Quanto à classe operária, se é certo que alguns dos seus sectores dirigentes, ao pretenderem manter-se neutrais perante o colapso do parlamentarismo, seriam incapazes de se opor à ditadura fascista (do mesmo modo que não se tinham oposto ao advento de Sidónio Pais e do mesmo modo que, em Espanha, tinham sido surpreendidos pela ditadura de Primo de Rivera), quanto à classe operária, dizíamos, tão-pouco ela forneceu uma base de massa a qualquer organização fascizante, embora várias solicitações lhe fossem feitas, tanto por nacional-populistas como Machado Santos⁴⁵, como pelos integralistas⁴⁶.

O próprio elemento «antigo combatente» foi insuficiente para catalisar em favor de um movimento fascista os soldados desiludidos. E, no entanto, António de Cértima pretendia que «um soldado é um produtor especial [...] um produtor da força heróica [...] O tipo do soldado é o tipo do Combatente [...] O combatente é, pois, o homem de maior autoridade nacional [...] Não erraremos ao afirmar que a nobre legião dos Combatentes da Grande Guerra está em massa com a Ditadura Militar [...] Porque o programa político da Revolução tem raízes fortes e sagradas na epopeia reflexiva das trincheiras. A libertação moral operada na consciência do País com o 28 de Maio realiza ostensivamente as aspirações mais secretas de algumas dezenas de milhares de homens que fizeram a Guerra. Nós fomos para os campos de batalha, em 1914, todos enganados [...] pois a Guerra só serviu os interesses dos políticos, etc.»⁴⁷.

Apesar das desastrosas condições em que os soldados portugueses são entregues ao matadouro da Flandres, onde as responsabilidades do Partido

⁴⁴ Cértima não deixa, aliás, de lamentar o afastamento do general Gomes da Costa, depois de já ter admitido sem demasiadas reticências o afastamento de Cabeçadas...

⁴⁵ Cértima, *op. cit.*, pp. 144 e segs.

⁴⁶ Cf. Ezequiel de Campos, *Política*, 2.^a ed., pp. 16-23.

⁴⁷ Cf., por exemplo, Alberto de Monsaraz, *A Cartilha do Operário*, 1920.

⁴⁸ *Op. cit.*, pp. 167-177.

Democrático (Afonso Costa e Norton de Matos à cabeça) são tão grandes que levaram muitos políticos que tomaram parte na guerra a afastar-se do Partido (Jaime Cortesão, por exemplo), o pacifismo consequente e militante do movimento sindicalista revolucionário parece, efectivamente, ter sido suficiente para evitar, ao nível dos soldados de origem operária, qualquer sedução perante as teses de um Cértima. Já o mesmo se não dirá de uma grande parte dos oficiais... O oficial de pequena patente, humilhado em África e na Flandres, mal pago e ressabiado contra os «políticos», será o cerne militante da Cruzada Nun'Álvares desde 1918.

Continua, no entanto, a ser um facto a inexistência em Portugal de um partido fascista, ou mesmo de qualquer coisa de parecido. No plano ideológico, creio que temos na dominação maurrasiana que impera nos meios nacionalistas um freio à formação de um tal partido. O catolicismo e o monarquismo, em si mesmos adversários do fascismo italiano dos inícios, impediram durante bastante tempo, por outro lado, a recomposição política da extrema-direita, dada a forte componente republicana e anticlerical da pequena burguesia nacionalista (Basílio Teles, Machado Santos, etc.: é indiscutível que as sucessivas eliminações de Cabeçadas e Gomes da Costa testemunham da marginalização da ala anticlerical e republicana do nacionalismo fascizante do 28 de Maio).

É aqui, aliás, que valerá a pena evocar de novo o papel moderador do Dr. Oliveira Salazar, papel que lhe permitiria, contra toda a expectativa fascista, sentar-se no cadeirão vazio do Ditador. Aproveitemos para assinalar que a maior parte dos autores que pretenderam debruçar-se sobre a figura de Salazar, desde Campinos a Viana Martins, passando por António de Figueiredo⁴⁸, deixaram fugir o essencial. Ou seja, que, desde 1922 — mais precisamente, desde o congresso de Abril do Centro Católico —, o Dr. Oliveira Salazar surge como o grande mediador entre as forças conservadoras agrupadas atrás da bandeira religiosa e as instituições republicanas. Foram cerca de três anos e meio para tirar a lição do facto de que, separada da sua ala republicana, a ala monárquica da extrema-direita não podia deixar de se isolar e de ser claramente batida (Janeiro de 1919, no Porto e em Monsanto).

Muitos foram os que se recusaram, na altura, a acompanhar o Dr. Oliveira Salazar na sua viragem⁴⁹. A verdade, porém, é que Salazar vira bem que a restauração monárquica era o último cimento ideológico que podia unir, contra ela, as forças da burguesia republicana e o elemento proletário. Porquanto seria errado não ver, em minha opinião, que a classe operária, ao unir-se à burguesia republicana em Janeiro de 1919, não saía tanto em defesa da República, como *contra* a mais negra reacção, já que a restauração monárquica, depois do fracasso do sidonismo, outra coisa não era senão o terror branco, como ficou perfeitamente demonstrado no Porto durante as escassas semanas em que Paiva Couceiro, os «integralistas» e o antigo chefe da polícia sidonista, Solari Allegro, ali impuseram a sua ditadura. E não seria talvez por acaso que a unidade então forjada no Norte, sob a

⁴⁸ *Portugal: Cinquenta Anos de Ditadura*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975.

⁴⁹ Cf. nomeadamente J. Fernando de Sousa (Nemo), *Acção Católica e Política Nacional*, Porto, ed. Tavares Martins, 1922. Salazar e Cerejeira também escreveram sobre o Centro Católico, mas não me foi possível consultar essas publicações para o presente artigo (cf. tese de F. Medeiros).

chefia de Domingues dos Santos, renasceria momentaneamente em 1924-25, quando este formou governo...

O elemento católico, como Lucena lembrou bem, não ia, pois, no sentido do fascismo militante, revolucionário, subversivo. E, no entanto, foi esse elemento católico que permitiu trazer a massa dos conservadores das províncias à luta política *dentro* das instituições republicanas, *contra* o Parlamento. A persistência no monarquismo, como já indicámos, seria mais tarde fatal a alguns elementos renitentes. Não seria, aliás, em torno da restauração monárquica, mas do catolicismo, que o integralista Pequito Rebelo procuraria, por essa mesma altura, agrupar os grandes interesses fundiários alentejanos e alargá-los à burguesia rural do Norte⁵⁰. Como também não era contra, mas dentro das instituições republicanas, que a União dos Interesses Económicos avançava com o seu programa em finais de 1924. E, em 18 de Abril de 1925, Botelho Moniz, antigo elemento da facção populista do sidonismo, recupera a lição de Salazar, da U. I. E., etc., ao subalternizar a questão do regime perante a questão magna do poder.

Já atrás tínhamos visto que a burguesia, para falar em termos vagos, estava gravemente dividida no plano económico. Acabámos de ver que essas divisões se nutrem de outras tantas divisões ideológicas. Se o sidonismo não vingou, isso ter-se-á ficado a dever também ao facto de essas divisões não só não terem sido superadas, como se terem porventura agravado (não foram os «integralistas», monárquicos ferrenhos, os principais redactores do projecto de Constituição presidencial?). Poderíamos tentar — e competirá à investigação futura tirar esta questão a claro — ver ainda em que medida a dupla dependência da pequena burguesia urbana relativamente ao aparelho de Estado vigente (a empregomania, como então se dizia) e às fracções dominantes do capital financeiro teria constituído um freio a que ela se lançasse num movimento fascista; não somos capazes, no actual estado da pesquisa, de responder a tal questão.

O que parece certo é que a prolongada incapacidade das forças económicas e sociais para se recompor politicamente e para acabarem com a persistência de uma agitação operária já sem fôlego para se apresentar, sequer, como base de apoio de um reformismo parlamentar (como se propunha a Esquerda Democrática) terá conduzido a uma autonomização da esfera do político «mais do que relativa», embora, segundo creio, momentânea. É nesse espaço do político autonomizado que virá inserir-se o exército. Não que este possuísse grande autonomia do ponto de vista de classe, em minha opinião, mas possuía a força capaz, numa situação de «desequilíbrio estável», de desatar o nó político, fazendo definitivamente pender a balança. As próprias vicissitudes governativas da Ditadura Militar demonstrarão não só a irrelevância política, a médio prazo, das chamadas forças armadas, como ainda que, uma vez cumprida a sua função especificamente repressiva, elas deverão ceder o lugar aos políticos emanados do novo bloco de classe.

⁵⁰ Foi José Machado Pais, estudante do I. S. C. T. E., colaborador do G. I. S. e um dos autores do trabalho sobre a Campanha do Trigo a que me referia na nota 27, quem me chamou a atenção para o artigo de Domingos Garcia Pulido «Os inimigos capitais da agricultura em Portugal», comunicação ao Congresso Agrícola de Braga (3.º da Federação dos Sindicatos), 1924, onde se contam as peripécias que, de 1918 a 1924, levaram Pequito Rebelo da Liga dos Agricultores Católicos do Alentejo à União Agrária e desta à União dos Interesses Económicos, passando pela Cruzada Nun'Álvares.

De qualquer modo, a partir do momento em que a esfera do político se autonomiza a tal ponto que a força armada pode intervir e, por si só, fazer pender a balança para um dos lados, o exército torna-se merecedor da atenção do analista. Não vamos entrar agora nessa análise, até porque faltam ainda muitos elementos para reconstituir a complicada trama das alianças e rupturas que têm lugar no seio das forças armadas desde o advento da República. Uma coisa é certa: se o exército se recompõe finalmente, política e ideologicamente, a 28 de Maio, é em torno da fracção republicana e nacionalista. E é republicana porque tinha de o ser: pronunciamiento em massa dos altos comandos, o 28 de Maio tinha de contar com o pessoal colocado pelos governos republicanos nesses altos comandos. Nacionalista, é-o pelas suas raízes mergulhadas simultaneamente na acção colonial e na guerra da Flandres.

Vimos atrás como António de Cértima, ele próprio «herói da guerra de África», encarava a situação. Mas, já tão cedo como 1921, um tal Pedro Fazenda, referindo-se apologeticamente à Federação Nacional Republicana, fundada no pós-guerra por Machado Santos, escrevia estas palavras premonitórias: «No conjunto dos [seus] associados, somatório de todas as vontades e harmonia de funções decididas e disciplinadas, contam-se individualmente factores como o heróico batalhador da Flandres, campeão de África, autêntica glória militar, o general Gomes da Costa [...]»⁵¹ Mais tarde, Ezequiel de Campos contaria: «Em 1922 Gomes da Costa tinha também uma revolução preparada [...] Lá estávamos: Dr. Quirino de Jesus, Raul Brandão e eu [...] Gomes da Costa disse-nos que pela uma hora depois da meia-noite haveria sinal nas ruas: revolução. Rapidamente lhe expusemos a nossa opinião. Ouviu; ficou silencioso, a meditar. E passados instantes disse-nos: 'Tendes razão; o movimento revolucionário deve vir do Norte [...] Não faço agora a revolução'»⁵², etc. Por outras palavras, não só os homens que hão-de conduzir o pronunciamiento estão antecipadamente designados (e publicamente), como não se trata tão-pouco de militares desgarrados, desvinculados politicamente (Carmona fora ministro da Guerra de não sei que governo constitucional; Filomeno da Câmara era um republicano com serviço prestado nas colónias; Gomes da Costa figurava entre os patronos da Cruzada Nun'Álvares depois de ter militado na Federação de Machado Santos, etc.).

A intervenção do exército na política remonta efectivamente ao 19 de Outubro de 1921 e a quase unanimidade que, pouco a pouco, ela vai recolhendo acompanha *pari passu* a decomposição das instituições parlamentares e a correspondente recomposição política extraparlamentar das forças económicas e sociais. Tanto Lucena como Campinos chamaram, aliás, a atenção para o papel ainda obscuro, mas indiscutível, que os militares ditos radicais teriam desempenhado no processo de fascização. Outro papel que talvez tenham desempenhado e no qual não se tem pensado é o de desarme, despoletamento por assim dizer, da formação de um partido caracteristicamente fascista. Já que o programa do 28 de Maio, tal como Gomes da Costa o proporia, aliás sem materialização imediata, justificava bem a apreensão do deputado Carlos de Vasconcelos, da Esquerda Democrática, quando, dias antes do 28 de Maio, ele prevenia em vão o Parla-

⁵¹ P. Fazenda, *A Crise Política (em Portugal)*, Lisboa, ed. Lúmen, 1921, p. 101.

⁵² *Política*, 2.ª ed., pp. 24-25.

mento contra «a contingência da eclosão de uma revolução que seria — a Revolução Fascista»⁵³.

Efectivamente, esse programa, averbado por António de Cértima, vem-se prender no presidencialismo sidonista (é pena que nem Campinos, nem Lucena, tenham examinado esta possibilidade nas suas análises jurídicas), através do qual perpassavam já alguns dos temas centrais do nacionalismo corporativo dos integralistas. Em matéria constitucional, Gomes da Costa propunha: a) alargamento do período de exercício do mandato presidencial; b) alargamento das atribuições presidenciais; c) secretários de Estado da livre escolha do presidente e responsáveis perante ele [o modelo é o presidencialismo norte-americano]; d) conselhos técnicos junto dos secretários de Estado; e) representação nacional por delegação directa dos municípios (na eleição dos quais o sufrágio seria alargado de maneira a ser atribuído a todos os chefes de família), das uniões económicas e dos corpos educativos e espirituais, com exclusão absoluta do sufrágio individualista e consequente representação partidária; f) duas câmaras: Câmara dos Municípios e Câmara das Corporações⁵⁴. No que respeita aos pontos e) e f), pode-se dizer: mais claro, água!

No plano do que era chamado *realizações diversas*, Gomes da Costa propunha, sob a rubrica «Libertação da propriedade e autonomia económica nacional», entre outras coisas, «dirigir uma consulta à Associação da Agricultura, à União Agrária e aos outros corpos interessados, para que em prazo determinado estabeleçam o caderno das medidas de crédito e outras que a agricultura nacional reclama, para que se possa tomar o compromisso do abastecimento suficiente de pão necessário à subsistência e à defesa nacional» (sublinhado meu. «O trigo será a fronteira que melhor nos defenderá!); sob a rubrica «Libertação do trabalho nacional», o programa é igualmente cristalino: «Promover a organização corporativa de toda a economia nacional, por meio da atribuição de privilégios políticos e sociais àquelas corporações que se organizarem contra a luta de classes e realizarem a representação de todos os elementos da produção (capitalistas, proprietários, chefes de empresa, empregados e operários) e garantirem ao operário o seu estatuto [do Trabalho Nacional?] — nos termos da nova legislação social a promulgar.»⁵⁵

Em resumo, se não é legítimo pretender que ficou resolvida a questão da inexistência de partido no fascismo português, quer-me parecer que este papel precocemente desempenhado pelas forças militarizadas (a própria G. N. R. foi autora, sob o comando de um tal Liberato Pinto, de um golpe momentaneamente vitorioso em 1920) terá sido um factor mais de «substituição», de «alternativa», ao partido — e, sobretudo, quer-me parecer que todos os elementos reunidos até aqui são de molde a permitir-nos continuar a conceber a existência de fascismo sem partido. E quando dizemos fascismo, dizemos fascismo mesmo, e não simplesmente direita autoritária. O rápido eclipse político do exército — a sua gestão falharia clamorosamente no plano financeiro — e a pronta unificação das forças coalizadas no poder num partido único sob a tutela do ditador das finanças parecem-me, finalmente, de molde a aproximar ainda mais o regime por-

⁵³ Citado por A. de Cértima, *O Ditador*, p. 75.

⁵⁴ Id., *ibid.*, pp. 121 e segs.

⁵⁵ Id. *ibid.*

tuguês do modelo italiano e a afastar definitivamente a designação de *ditadura militar*.

8. FASCISMO SEM IMPACTE POPULAR?

A inexistência de partido fascista em sentido próprio, o facto de a fascização ter sido promovida de cima para baixo, a partir do Estado e sob comando militar directo — tudo isto supõe uma outra diferença importante do fascismo em Portugal relativamente ao italiano, a saber, o seu fraquíssimo impacte popular. Digo fraquíssimo porquanto, segundo Poulantzas veio mostrar num artigo precisamente intitulado «À propos de l'impact populaire du fascisme»⁵⁶, o apoio das massas populares ao próprio fascismo italiano não só tem sido muito exagerado, como deve sobretudo ser submetido a uma periodização rigorosa, a qual demonstraria que, se é verdade que, de início, o fascismo italiano pôde instrumentalizar a seu favor a profunda desafeecção dessas massas populares relativamente às instituições parlamentares, é falso que, a médio-longo prazo, o fascismo tenha conseguido desalojar os partidos operários da sua implantação: já Robert Paris se referia à eterna *cospirazione operaria* que a Itália de Mussolini conheceu⁵⁷.

Posto isto, não é menos verdade que o impacte popular do fascismo português foi, por todas as razões vistas, muito menor, e sobretudo muito menos activo, do que na Itália de Mussolini. E, no entanto, estou em crer, com Poulantzas, que a capacidade de instrumentalizar, em parte pelo menos, a desafeecção das massas populares em relação às instituições parlamentares da democracia burguesa é um traço distintivo do fascismo. É nesse sentido que se pode dizer que o fascismo não é nem o terror branco, a reacção contra uma revolução popular vitoriosa (caso da Hungria), nem tão-pouco uma contra-revolução preventiva, mas sim aquilo que atrás designávamos por ocupação do espaço deixado vazio pela revolução não realizada, ocupação que, conforme sugeria V. Foa, codificaria a relação de forças, ao nível da classe dominante, determinada pela ascensão do monopólio industrial.

Que a confusão ideológica reinante do seio do movimento operário era completa, testemunha-o toda a crónica da época, tal como a tese de Fernando Medeiros veio estabelecer e como encontramos ecos também no livro de Quintela. Em 1921, Rates perdia de todo o ponto de vista de classe ao escrever em *O Comunista*: «Preocupados exclusivamente com a resolução do problema político, os republicanos não viram o problema português [...] A República declarava assim a sua falência para resolver a situação nacional.»⁵⁸ (Sublinhados meus.) Não se julgue, porém, que esta identificação com «o problema português», com «a situação nacional», por parte do dirigente do P. C. P. era única. Em 1925, a confusão perante a crise era tal que podemos ver as edições Spartacus, dirigidas pelo anarquista Campos Lima, publicarem um pequeno estudo do Eng.º Perpétuo da Cruz, *A Crise Económica — Seus Aspectos Essenciais*, no qual, além de várias glosas sobre os temas consagrados da altura, girando fundamentalmente em torno da depreciação da moeda, se podia ler: «Que um movimento de inteligência e de bem compreendido interesse de todos nós se inicie, facilitando a estabilização rápida da moeda, com vantagens para todos, sem prejuízo

⁵⁶ *Éléments pour une analyse du fascisme*, I, pp. 88-107.

⁵⁷ *Op. cit.*, p. 117.

⁵⁸ Citado por Quintela, pp. 192-193.

para ninguém, e a normalidade da vida económica da Nação voltará imediatamente.» (P. 33.) E um pouco mais adiante: «É o momento de construir o edifício do futuro, sobre os alicerces firmes do passado, e não sobre as entulheiras ainda quentes e movediças de revoluções.» (P. 44.) Em 1928, a Imprensa da Universidade de Coimbra publicaria uma *Economia Nacionalista*, deste mesmo Eng.º Perpétuo da Cruz, a quem será confiada, em 1929, a relação da brochura oficial *A Indústria*, aquando da Exposição Portuguesa em Sevilha...

Não era, porém, apenas no plano da ideologia em geral que a confusão reinava, mas no próprio plano da *agit-prop*. Na medida em que os dirigentes da central sindical eram totalmente incapazes de propor quaisquer passos tácticos conducentes à «libertação do trabalho», estafando-se a repetir que «a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprio trabalhadores», quando a burguesia passara já ao contra-ataque, conjugando *somatênes* e desemprego para liquidar as próprias bases da central sindical (entre as várias acusações dirigidas pela *Bandeira Vermelha*, órgão da Federação Maximalista, simpatizante da revolução russa, ao «bonzo-mor» da C. G. T., Manuel Joaquim de Sousa, é alinhado o facto de este ter acedido à secretaria-geral com 120 000 sindicalizados e tê-la abandonado com 90 000) — nesta conjuntura, os ataques cerrados da C. G. T. e de *A Batalha* contra os partidos republicanos e o seu jogo parlamentar não podiam deixar de desorientar as massas operárias. O P. C. P. também não fugia aos *slogans*: *Abaixo a República burguesa! Abaixo o Parlamentarismo! Abaixo os vigaristas da República!* — mas acrescentava, o que a C. G. T. não fazia: *Viva o governo operário!*⁵⁹

Não é minha intenção lançar-me numa apreciação *a posteriori* das famosas condições objectivas e subjectivas da acção revolucionária. Trata-se apenas de tentar ver como é que toda uma série de factores se foram entrelaçando para produzirem um espaço político globalmente favorável ao advento do fascismo. Não era o próprio Raul Proença que ironizava, após o 28 de Maio, sobre a possibilidade de quem quer que fosse sair para a rua em defesa do Governo constitucional — do António Maria da Silva —, derrubado pela ditadura militar? Sem pretender, portanto, arvorar-se em árbitro, ainda assim parece lícito atribuir às organizações operárias um tipo de responsabilidade que não era o mesmo que o dos partidos parlamentares, nem sequer que o dos críticos da *Seara Nova*.

Repare-se que o movimento operário italiano *não era* dominado pelo anarco-sindicalismo, pelo menos em escala comparável à portuguesa, nem a fracção pró-soviética era tão minguada como em Portugal — e, no entanto, a desorientação da classe operária perante o advento do fascismo terá sido tão grande ou maior do que entre nós. Vale a pena, no entanto, evocar a acção que o Partido Comunista Português então desenvolveu, não tanto pelo seu impacto, que terá sido pouco, mas pelo tipo de problemas que levantou e cuja irresolução — quando não a sua solução em sentido contrário — é outro factor a aplainar o caminho diante do fascismo. Por outras palavras, ao tomar consciência do isolamento da classe operária, a acção do P. C. P. não deixa de nos pôr, indirectamente, na pista da base de apoio de que o fascismo pode ter beneficiado.

Além de ter introduzido em Portugal a dupla problemática leninista do partido e da ditadura do proletariado — o que era normal que fizesse

⁵⁹ Citado por Quintela, p. 256.

e no que, aliás, teve pouco êxito —, o Partido Comunista introduziu no movimento operário do País a problemática das alianças. Quintela mostra ⁶⁰, creio, que, longe de esconder a cabeça debaixo da areia, como as avestruzes da C. G. T., o P. C. P. foi capaz de reconhecer o progressivo isolamento do operariado, assim como o agravamento da contradição entre a cidade e o campo, isto para não falar já no corte progressivo entre os sectores operários melhor organizados e a massa proletária flutuante entre o desemprego e o trabalho indiferenciado. Se é certo que, a respeito deste último ponto, a acção do P. C. P. e dos partidários da I. S. V. (partidários da adesão da C. G. T. à Internacional Sindical Vermelha, de Moscovo) é contraditória, pois várias foram as ocasiões em que a sectorialização operária lhes foi favorável em termos de recrutamento e implantação (caso dos trabalhadores dos Arsenalis e da Federação Marítima), já no que respeita às alianças, o P. C. P. avançou uma política cujo insucesso final não tira nada à sua originalidade, que é a originalidade da teoria leninista das alianças de classe.

Coube efectivamente ao P. C. P. o mérito, se assim se pode dizer, de levantar a questão da aliança operário-camponesa, no que foi aliás ajudado pela tradição intelectual portuguesa, de olhos sempre voltados para a questão agrária. A ideia desta aliança não estava tanto virada para o proletariado rural alentejano — considerado com razão parte integrante das forças políticas operárias — como para a enorme massa do campesinato pobre, para cuja miséria o P. C. P. foi porventura a primeira organização política a chamar a atenção. Quando o Partido Comunista levantou a questão, designadamente nas colunas de *A Internacional*, órgão dos partidários da I. S. V., os dirigentes da C. G. T. fugiram ao debate, insistindo em que o movimento sindical era exclusivamente destinado a trabalhadores assalariados...

Entretanto, no plano organizativo e programático, procuraram ainda os activistas do P. C. P. e da I. S. V. alargar o movimento do proletariado rural aos seareiros e pequenos rendeiros, batalhando nomeadamente por uma solução favorável da «questão dos foros». Mais importante talvez — até pela relativa originalidade da posição —, o P. C. P. cedo abandonou a posição doutrinária tradicional da abolição da propriedade privada da terra em favor da defesa dos pequenos agricultores e camponeses pobres. É certo, todavia, que o êxito desta linha política, em termos práticos, foi pouco ou nenhum. Tal insucesso deve, porém, levar-nos a considerar um bocado mais a fundo a própria problemática da chamada *aliança operário-camponesa*.

E ir mais longe nesta questão é recordar o facto de, no período em exame, ela só se ter consumado, ao menos momentaneamente, num sítio: a Rússia de 1917. Por outras palavras, a tomada de consciência, por parte de certas forças políticas, da necessidade de uma tal aliança não deve iludir o carácter *excepcional* do que se verificou na Rússia: não cabe no âmbito deste texto, nem do das minhas capacidades, entrar agora na análise do grau de consumação da aliança operário-camponesa na Rússia Soviética. O que se propõe é que a questão seja invertida e que se analisem as condições específicas de tal consumação na Rússia, mais do que as da sua não consumação em todas as outras formações sociais predominantemente rurais, como a portuguesa, então atravessadas pelo fio vermelho da revolução mundial.

Uma só pergunta posta à reflexão de cada um e que não será, porventura, a mais importante. Onde estava em Portugal, ou na Espanha, ou na Itália, etc., uma organização como a dos Socialistas Revolucionários (S. R.) de Esquerda, com toda a tradição *narodniki* por detrás? Por outras palavras, que sentido podia ter exactamente em Portugal, na alvorada dos anos 20, a palavra de ordem: «A terra a quem a trabalha»? Já tive ocasião, noutros trabalhos, de insistir no carácter muito mais operário do que camponês do movimento do proletariado rural do Alentejo, que não reivindicava, como não reivindicou depois do 25 de Abril de 1974, a «partilha das terras». E na zona da pequena exploração — seria a partilha das terras uma reivindicação profunda? Nada na história agrária portuguesa leva a pensar tal coisa, nem aliás a propaganda do P. C. P. levantava a questão, o que não deixa de constituir uma prova mais de que não era esse o terreno essencial das reivindicações, mesmo informúladas, do campesinato pobre.

Não me é possível entrar aqui no pormenor desta questão crucial. O leitor aceitará talvez que lhe seja dito que já então metade da terra era cultivada por conta própria e que, da metade que pagava renda, fosse ela fixa ou variável (formas várias de parceria: caseiros do Norte, seareiros do Sul), a maior extensão era já então provavelmente ocupada por grandes e médios rendeiros, cujas explorações não funcionavam sem abundante recurso ao trabalho assalariado de outrem. Quanto ao montante das rendas, sem querer fazer de advogado do Diabo, não é de exagerar a sua incidência e são de ter em consideração as observações de um Basílio Teles a respeito da moderação das rendas rústicas no Norte do País. Por outras palavras, não parece que existissem em Portugal as condições materiais, e muito menos o movimento reivindicativo camponês, susceptíveis de cimentar, nem que fosse momentaneamente, uma aliança operário-camponesa do tipo daquela em que o P. C. P. dos anos 20 estava a pensar, na esteira de Lenine.

9. OS CAMPOS CONTRA A CIDADE

Do que se pode falar, com certeza, é de um crescente agravamento da contradição cidade-campo. Mas retomemos o fio do discurso. Vimos atrás qual o papel destinado ao campesinato no modelo de estagnação programada que o fascismo instituiu. Todavia, esse papel não foi muito diferente daquele que o campesinato vinha desempenhando há cinquenta anos: tratou-se fundamentalmente de instrumentalizar, de racionalizar, se assim se pode dizer, a interrupção duradoura da emigração. Evocámos ainda, nessa altura, a inexistência de um fascismo rural activo, mas, se não se pode falar de fascismo camponês, não obstante uma inserção pacífica do campesinato no corporativismo, menos ainda se pode falar de hostilidade ao novo regime. Quanto à hostilidade do campesinato em relação à República, é facto consabido: para além de reclamações insatisfeitas e de alguns novos gravames, o Estado republicano virou duradouramente o campesinato contra si ao hostilizá-lo ideologicamente com o anticlericalismo dos inícios, *monnaie de singe* com a qual pretendia, aliás em vão, pagar as massas urbanas.

Salazar foi talvez o primeiro, e com certeza o mais atento, a dar-se conta da progressiva ruptura entre as províncias e a capital, ruptura que se consumaria durante a guerra, aquando das vãs tentativas liboetas de requi-

sitar bens alimentares junto do campesinato. Permita-se-me nova citação, algo longa, de um texto de 1918: «A oposição sistemática, tenaz, invencível, que as aldeias mantiveram em face da intrusão dos agentes particulares ou públicos, trabalhando numa tentativa de desvio das subsistências de produção local, veio provar que a freguesia é o único agregado social entre cujos membros se distingue um certo vínculo de coesão, o único agregado que, além da família já um tanto combatida, manifesta alguma vitalidade⁶¹. É exactamente um tal estado que nos explica como neste povo, em que subsistem os defeitos duma organização comunitária no que respeita à fatal confiança e dependência do poder público para a solução de todos os problemas, o Estado, de quem tudo se espera, é precisamente o menos apto a fazer alguma coisa. Era preciso para a solução de tão grave crise um entendimento perfeito entre o Estado e os indivíduos, os únicos que, produtores e consumidores, podiam dar os elementos indispensáveis para se fazer luz sobre a natureza da questão. Mas o público, ao mesmo tempo que reclama medidas do poder central, não mantém com ele solidariedade de espécie alguma.»⁶²

O catolicismo será, do ponto de vista ideológico, o grande cimento da recomposição política das classes não operárias que se vai fazer a partir da província contra a capital. Bem se dava conta disso o P. C. P., que já em 1921, ao comentar as consequências do golpe *soi-disant* radical de 19 de Outubro, dizia: «A reacção governa [...] Os conservadores-reaccionários conspiram e conspiram a valer [...] Conhecemos-lhes todo o plano. Sabemos que pretendem revoltar as províncias contra a capital [...] Que pretendem fazer marchar sobre Lisboa as tropas provincianas, para a bloquearem e fazê-la render pela fome, etc.»⁶³

Na província, a partir da queda do sidonismo e da derrota final das tentativas de restauração monárquica, a força que emerge é o Centro Católico, e já vimos que, antes de finais de 1922, o Dr. Salazar se fazia porta-voz da luta política dentro das instituições republicanas, posição na qual era apoiado pela estrela ascendente do episcopado, o Dr. Gonçalves Cerejeira. Os dois figurarão em breve na direcção provincial de Coimbra da Cruzada Nun'Álvares, o primeiro movimento a organizar militantemente a recomposição política dos possidentes a partir das províncias. Tática essa que culminará com a formação da União dos Interesses Económicos, que, a partir da sua sede lisboeta (sita primeiro na Associação Comercial de Lisboa e depois, quando esta foi encerrada pelo Governo Domingues dos Santos, na Associação Industrial Portuguesa), realiza *tournées* de propaganda pela província fora, gabando-se em Janeiro de 1925, dois meses após a sua fundação, de ter já constituídas 104 direcções concelhias, desde Barcelos a Lagos, passando por Estremoz: à testa destas direcções encontramos invariavelmente as maiores fortunas locais, desde o conde de Azevedo, em Barcelos, aos Júdicez, no Algarve⁶⁴.

⁶¹ O tema, como já tive ocasião de indicar um dia, vem direitinho da *Carestia da Vida nos Campos*, de Basílio Teles (cf. *Materiais...*, p. 493).

⁶² «A crise das subsistências», in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, 1918, pp. 272-345. Cf. também *Materiais...*, pp. 479-495.

⁶³ Citado por Quintela, p. 204.

⁶⁴ Uma pesquisa está a ser feita no sentido de reconstituir a trama dos indivíduos, ligações e temas de propaganda da Cruzada Nun'Álvares e da U. I. E. Antecipamos aqui alguns dos resultados dessa investigação que promete ser compensadora e que tem sido levada a cabo por colaboradores do G. I. S.

Não vamos repisar os temas da propaganda da U. I. E., a qual não era, aliás, inteiramente homogénea, havendo alguma discrepância conforme falavam os representantes da lavoura, da indústria, do comércio ou da alta finança. Proclamava-se ela patriótica, enojada com a baixa política dos Parlamentos e defendia-se encarniçadamente da acusação de ser uma confederação patronal. Proclamava ainda a necessidade de união de todas as «classes produtoras» e não hesitava em recuperar temas do movimento sindical, para, ao mesmo tempo, responsabilizar os políticos de profissão pelo descalabro nacional e garantir aos operários, a todos os trabalhadores, um lugar em paz e sossego na prosperidade reconquistada...

Mês após mês, sob as sucessivas direcções de Henrique Trindade Coelho e João Pereira da Rosa, *O Século* repisará estes temas, insistindo no carácter suprapartidário da U. I. E., que incluiria desde fascistas a socialistas (*sic*), e não se esquecendo de indicar o republicanismo histórico de muitos dos seus aderentes, sobretudo na província, e em particular no Alentejo. Ao mesmo tempo, como dissemos, prosseguem as sessões de propaganda destinadas a mobilizar os campos contra a cidade. Só nos três primeiros meses de 1925, *O Século* refere-se a reuniões em: Bombarral, Coimbra, Vila Real, Caldas da Rainha, Oliveira de Azeméis, Porto, Cantanhede, Soure, Lagos, Braga, Estremoz, Beja, Castelo Branco, Évora, Cascais, Moura, Viana do Alentejo, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto, Fafe, Barcelos, Monforte, etc., além, naturalmente, de numerosas sessões em Lisboa.

Indiscutivelmente, esta agitação responde à formação do Governo Domingues dos Santos e à grande manifestação popular de apoio ao Governo de 13 de Fevereiro de 1925. Vejamos, antes de nos referirmos às alianças então feitas, como é que a U. I. E. encarava a situação: «Na última semana, politicamente agitada de pré-bolchevismo, se realmente muitos já julgavam ver uma figuração incruenta da Revolução Social, a verdade é que, na aparência desordenada dos acontecimentos, a causa nacional ia sempre ganhando terreno [...] Uma vez [os governos republicanos] mostram aos burgueses o papão bolchevista, outras mostram aos operários as baionetas da Guarda, e neste sábio jogo de alternativas sociais vão arrastando o País a um estado de desmoralização cada vez maior e de anemia das suas instituições e das suas forças [...] A desorganização revolucionária, a russificação desnacionalizante, não se dará sem uma reacção honrosíssima de defesa, etc.» (*O Século* de 21 de Fevereiro de 1925.)

Eis como, por sua parte, o P. C. P. via os mesmos acontecimentos, num artigo publicado em *O Comunista* (28 de Fevereiro de 1925) sob o título «O significado do 13 de Fevereiro»: «Eis uma data que convém fixar. No momento em que melhor se patenteia a desagregação das forças políticas do regime, dilaceradas por lutas intestinas, confessadamente incapazes de encontrar solução para a crise económica em que mergulha o País, o proletariado de Lisboa, abandonando o trabalho, afronta a chuva e o vento e vai numa massa composta de 50 000 pessoas até Belém dizer ao chefe do Estado que veria com desagrado a ascensão ao poder das forças parlamentares das direitas, serventuárias da União dos Interesses Económicos [...] Essa manifestação é exclusivamente do proletariado, dele só, que, sem exclusão de tendências, com o sentimento vivo dos perigos que o cercam, se apresentou unido, num só bloco, como classe distinta, que tem o seu papel histórico a desempenhar. O gesto do 13 de Fevereiro provou que o proleta-

riado pode, se quiser, conduzir um grande movimento de massas e dar o assalto ao poder.»

E, logo a seguir, o órgão do P. C. P. passa a expor o seu programa de alianças, ilustrando o que atrás vínhamos dizendo a este respeito: «Mas, para que ele [o proletariado] se disponha a tomar o poder em suas mãos, em vez de mendigar aos governos burgueses, da direita ou da esquerda, que atendam as suas reclamações, é indispensável que ele tenha um programa de governo, um programa de realidades, e não de fantasias, um programa que interesse à grande maioria da população. É preciso ver apenas Lisboa, e não ver o País, para supor que o proletariado constitui a maioria da população. Metade da nossa população, pelo menos, é composta de pequenos proprietários e rendeiros que trabalham a terra por suas mãos [...] massa com a qual o proletariado não tem o menor interesse em malquistar-se, antes, pelo contrário, tudo deve fazer para a chamar a si. No novo estado de coisas a estabelecer, o proletariado deve ser a classe dominante e directora, mas, para exercer este domínio e direcção, ele precisa de contar com o apoio da grande massa dos camponeses. Por consequência, o eixo de todo o domínio do proletariado deve ser a adopção de uma boa política agrária, que lhe conquiste a simpatia e confiança dos pequenos camponeses [...].»

«Há também os pequenos industriais e comerciantes que, entre nós, país de indústria fragmentária, têm uma pronunciada importância na economia nacional e exercem acentuada influência nalguns centros urbanos. O proletariado não pode, de modo algum, eliminar com um traço de pena os milhares de pequenas oficinas que enxameiam o País, como não pode por um decreto substituir o pequeno comércio retalhista por um sistema completo cooperativista de distribuição. Estas classes devem ser neutralizadas, pois nisso vai o interesse imediato do proletariado. Nós supomos que a jornada de 13 de Fevereiro foi para todos nós, os chefes responsáveis, comunistas, sindicalistas, socialistas ou anarquistas, uma indicação. Para nós, o proletariado de Lisboa quis dizer no seu gesto: — *Estamos prontos, indicai-nos o caminho a seguir!*»⁶⁵

A seguir apresentam o programa, que tem menos interesse para o caso. Para além das concepções dirigistas que se podem, porventura, assacar ao texto acima, o que é certo é patentearem-se nele dois pontos cruciais: por um lado, uma concepção perfeitamente articulada das teses leninistas das alianças de classe, teses que o P. C. P. submete, em vão, às diversas componentes ideológicas do movimento operário; em segundo lugar, e mais significativo ainda em nossa opinião, sobretudo quando este texto é posto em confronto com o da U. I. E., ressalta uma análise da situação homóloga da das «forças vivas» e que põe em relevo a importância decisiva das fracções ditas hesitantes, cuja adesão ou neutralidade se pretende conquistar, e nomeadamente do campesinato.

Tudo isto que vimos vendo aponta, creio, para uma conjuntura afim não só da conjuntura italiana subjacente ao advento do fascismo, mas, mais globalmente, de uma conjuntura internacional em que o movimento operário, depois de esgotada a dinâmica da sua ofensiva, em crescendo desde a guerra, sossobrarria perante a contra-revolução. Uma conjuntura que tenho a consciência de não haver ficado inteiramente descrita, *a fortiori* analisada, mas à qual se aludiu talvez suficientemente para que não seja possível

descontextualizar a problemática do fascismo nem, portanto, extrapolar, a meu ver abusivamente, aquela problemática em conjunturas francamente diversas. Neste sentido, por discutível que seja o emprego do termo *fascismo* para designar o regime saído do 28 de Maio, parece-me certo que a situação portuguesa releva efectivamente da análise mais vasta da conjuntura internacional dos anos 20 e das alterações consabidas que então ocorreram na própria estrutura do sistema capitalista mundial. A meu ver, pois, as vicissitudes específicas do processo de fascização em Portugal não são de molde a separá-lo do que então se observou em uma série de outros países de grau de desenvolvimento variável, uns mais avançados do que Portugal, outros porventura mais atrasados (Roménia, Hungria, Bulgária?), e tão-pouco são de molde, acho eu, a permitir a confusão com uma mera ditadura militar ou mesmo um forte autoritarismo de direita.

Fechado este parêntese, podemos talvez começar a encaminhar-nos para o termo deste trabalho, que se foi desenvolvendo mais do que eu esperava. Do que ficou dito atrás a respeito da mobilização das províncias contra a capital, quer o vejamos do ponto de vista da U. I. E., quer do ponto de vista do P. C. P., ressalta, pois, que o advento do novo regime teve de beneficiar, à falta do militantismo próprio de um partido fascista, pelo menos de apoios mais vastos e mais duradouros, mais orgânicos, como os analistas da época gostavam de dizer, do que os de uma simples ditadura militar. A mobilização da província por parte da burguesia unificada; o papel extremamente activo que a fracção agrária desempenhou nesta unificação, como naquela mobilização, colocando sob a sua tutela político-ideológica a pequena burguesia rural; e ainda o papel militantemente anti-operário de sectores significativos da pequena burguesia urbana — tudo isso fez do 28 de Maio uma verdadeira marcha sobre Lisboa, que se distingue, efectivamente, da marcha sobre Roma pelo seu cimento religioso e pela sua tutela militar, mas que não deixa de lhe ser assimilável enquanto desfecho de uma luta entre capital e classe operária, caracterizada, na sua fase final, pela busca de apoio ou, pelo menos, da neutralidade das chamadas *camadas hesitantes*.

10. LEVAR O CORPORATIVISMO A SÉRIO

Por outras palavras, se é certo que não encontramos em Portugal um impacto popular do fascismo de dimensões e militância semelhantes às do fascismo italiano, descortinamos-lhe bem os apoios, ainda que passivos, de que careceu para se alçar no poder e, daí, acabar de esmagar o «pré-bolchevismo» que a União dos Interesses Económicos temia. E encontramos uma claríssima instrumentalização da desafeecção popular relativamente às instituições parlamentares — o que me parece um traço distintivo do fascismo, que nem na Espanha de Primo de Rivera, e ainda menos na de Franco, surge com tanta nitidez como no 28 de Maio. Aliás, a questão do impacto popular do fascismo, tal como a coloca Poulantzas, quanto a mim correctamente, não se reduz ao apoio necessário à tomada do poder, mas estende-se pelo período do exercício desse poder, o que nos remete para aquilo que constitui o centro do trabalho de Manuel de Lucena e que tão pouco tem sido estudado entre nós: o corporativismo.

Não me vou alongar muito neste domínio, até porque o leitor encontrará no livro de Lucena mais do que eu seria capaz de avançar na fase actual da pesquisa. Queria, no entanto, dizer aquilo que é, a meu ver, o

corporativismo, ou, mais exactamente, insistir em que o programa de trabalho que tenho vindo a apresentar terá de encarar o corporativismo a sério, ainda que, como Lucena indicou perfeitamente, o conceito não prime pelo rigor nem a sua prática se imponha muitas vezes com nitidez. Mas temos de levar a sério, penso eu, o facto de o corporativismo não ser um banal apelo à colaboração de classes, como pode ser feito, e é, por todos os governos democráticos do mundo. É mais do que isso: é a organização voluntária, institucionalizada, se necessário à força, dessa colaboração de classes — na medida, naturalmente, em que tal objectivo seja possível de alcançar... Será uma quimera, e é, mas é uma quimera persistentemente perseguida. É mais do que um *slogan*, é um quadro de acção.

Já atrás indicámos, ao apresentar o modelo de estagnação programada segundo o qual me parece organizar-se o Estado Novo Corporativo, o modo como as diferentes classes e fracções cabiam e não cabiam dentro do quadro do corporativismo. Em 1943, no âmbito do I Congresso de Ciências Agrárias, Marcello Caetano propunha uma «revisão do pensamento corporativo». Logo de entrada ele remete com clareza para a conjuntura internacional a que atrás aludíamos: «A necessidade de uma organização económica é hoje universalmente admitida. A crença em que a livre concorrência regularia, por automatismo, a produção, ajustando-se às necessidades do consumo, está posta de parte. As grandes perdas sofridas nas lutas pela conquista dos mercados e as gravíssimas crises económicas, sobretudo de 1920 e 1929, convenceram que a liberdade económica total é contrária aos interesses gerais. Em regime de livre concorrência, de resto, as empresas dos grandes países produtores chegaram por si à conclusão da necessidade de se entenderem, organizarem e coordenarem, e foi assim que surgiu o *trust* na América do Norte e o *cartel* na Alemanha [...] As organizações surgidas da livre concorrência tomaram uma feição capitalista de tendência monopolizadora que as tornou política e socialmente perigosas [...] Como, por outro lado, as massas trabalhadoras procuraram apoiar-se no Estado para conseguir a realização dos seus objectivos, desenhou-se em toda a parte a tendência socialista. A organização socialista oferece o perigo de destruir a iniciativa individual, pois tende sempre à supressão da propriedade privada e à instauração de um dirigismo burocrático absoluto no sistema de planos. É preciso conciliar a irresistível necessidade de uma organização económica integrada na realização dos fins políticos e de cooperação social da Nação, com a salvaguarda da iniciativa privada e da propriedade individual. Tal é o princípio do corporativismo.»

A seguir Marcello Caetano diz-nos uma coisa muito importante, que aliás já tínhamos adivinhado, mas que é bom ver confirmada por tão alta autoridade na matéria: a experiência corporativa foi «posta à prova» durante a guerra (que então decorria). «Reagem contra a disciplina corporativa muitos egoísmos e até alguns interesses legítimos, mas que não compreendem nem aceitam limitações inevitáveis.» É de supor que os «egoístas» sejam os operários então em greve e os «interesses legítimos» sejam os dos cimentos Sommer, por exemplo, que já estavam então a crescer para fora do enquadramento corporativo. Finalmente, o autor admite que «há deficiências». Neste momento, todavia, interessa menos o que o corporativismo prometeu e não cumpriu — tema inutilmente repisado pela propaganda oposicionista — do que aquilo que mesmo assim foi conseguido: um grau de integração dos parceiros sociais superior, em minha opinião, ao que a polícia sozinha conseguiria.

Designadamente nos campos. Aí, desde o controlo da produção e comercialização de alguns produtos-base, do pão ao vinho, até aos Grémios da Lavoura e às Casas do Povo, seria estulto não ver senão fumaça. Através da lenta corporativização da agricultura, o regime logrou, no essencial, conservar os apoios que, das províncias, o tinham levado ao poder. Os mecanismos desta integração são relativamente conhecidos; quanto à função dessa integração no conjunto do sistema, para além do seu significado político-ideológico, ela ficou, creio, indicada no modelo de estagnação programada a que já várias vezes me referi.

É evidente que, no que respeita ao proletariado alentejano, o corporativismo, por si só, seria totalmente ineficaz: se durante as décadas de 30 e 40 reinou um semblante de paz social, isso ficou-se a dever à inversão da situação tradicional do mercado do trabalho, devida, por seu turno, ao sistema de culturas favorecido pelo protecçãoismo cerealífero, o qual facilitou simultaneamente o aumento das parcerias e uma certa mecanização, e sobretudo à paragem da emigração. Quando, à escala nacional, se reabre o caudal emigratório, os equilíbrios alcançados no Alentejo rompem-se e a contenção salarial volta a ser assunto para a polícia (e em 1962 o Governo central até já hesitaria em mandar a Guarda contra os grevistas, conforme lhe pediam os lavradores)⁶⁶.

No que respeita à classe operária, as tentativas de integração foram sabidamente infrutíferas. Os períodos de mais longa paz social ficar-se-iam sobretudo a dever às condições objectivas que o modelo de estagnação programada fazia pesar sobre o proletariado fabril. No entanto, algumas iniciativas curiosas chegaram a ser tomadas, nos primeiros anos da fascização, no sentido de aliciar o Partido Socialista a colaborar, o que ele, de resto, se prontificou efectivamente a fazer (a publicação do P. S. intitulada *O Pensamento Social* apareceria, embora visada pela censura, até 1931). Pela altura em que o Dr. Salazar veio para o Governo, o P. C. P. enviava ao executivo do Comintern um relatório em que se podia ler: «O Partido Socialista Português não mobiliza as massas operárias e perdeu já, desde há muitos anos, a sua confiança. Utilizando a ditadura militar, que não autoriza nenhuma propaganda comunista, anarquista e sindicalista, os socialistas tentaram reconquistar a hegemonia no movimento operário e, para este efeito, desenvolveram uma actividade bastante grande. Mas tiveram de se convencer que a massa operária organizada já não os quer seguir.»⁶⁷

O agente desta colaboração era, ao que parece, o advogado Ramada Curto, ex-deputado afonsista, além do antigo deputado socialista Costa Júnior, que aderiria abertamente ao fascismo. O caso não era, aliás, inédito, nem em Portugal — onde Azedo Gneco, do Partido Socialista, procurara reconquistar uma audiência operária, já então declinante, através de concessões estatais que esperava obter das boas graças do rei D. Manuel II⁶⁸ —, nem noutros países, como a Espanha, onde o Partido Socialista chegou a delegar representantes para o Conselho de Estado nos primeiros tempos da ditadura de Primo de Rivera⁶⁹. Mas os acontecimentos posteriores viriam confirmar que o P. C. P. tinha razão ao acrescentar no citado relatório:

⁶⁶ Cf. J. Cutileiro, *A Portuguese Rural Society*, Oxford, 1971.

⁶⁷ Citado por Quintela, p. 296.

⁶⁸ *Documentos Encontrados nos Palácios Reais...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915.

⁶⁹ Brenan, *op. cit.*, pp. 65-66.

«Não obstante todas as represálias, os operários, quase sem excepção, rejeitam a ideia da paz industrial e social e da colaboração de classes.»⁷⁰ Como em Itália.

11. RESUMINDO E CONCLUINDO

O que ficou dito não deveria ser lido como uma síntese, embora alguns dos materiais aqui apresentados tenham já sofrido certa elaboração, porventura prematura. Era minha intenção, todavia, que o leitor ficasse com a ideia de que não se trata ainda senão de um feixe, tão articulado quanto possível, de hipóteses que a pesquisa futura confirmará ou infirmará. Também gostaria de dizer que, para mim, é claro que a discussão de alguns pontos teóricos, embora essencial, não deveria constituir impedimento à necessária «análise concreta da situação concreta». Resta acrescentar que não se tem a pretensão de haver esgotado os temas a ter presentes, mesmo ao nível de um simples inventário.

O uso do termo *fascismo* para designar o regime que, a partir da intervenção militar de 28 de Maio, vai até à beira da segunda guerra mundial *parece-me* legítimo. Compete à crítica confirmar ou infirmar a minha hipótese, se possível aduzindo novos elementos empíricos para caracterizar a especificidade do «caso português». Quanto ao período que se abre antes mesmo da segunda guerra mundial, creio que a designação correcta dependerá da análise que se fizer do que é exactamente o corporativismo. Por ora, aquele termo, na perspectiva globalmente avançada por Lucena, *parece-me* constituir um bom ponto de partida.

Uma coisa me parece indiscutível. Se o fascismo, enquanto ideologia, nunca representou uma produção homogênea, *sui generis*, mas foi, sim, a presença simultânea de toda uma série de temas, alguns já antigos, como o nacionalismo pequeno-burguês, outros recentes, como a cruzada antibolchevique, então uma enumeração exaustiva desses temas encontraria na situação portuguesa dos anos 20 uma verificação completa. A ausência de partido e de impacte popular activo não corresponde, creio, à ausência dos temas mesmos em torno dos quais o partido e o impacte popular se organizaram em Itália. O partido fascista, ou seja, finalmente, a virulência da reacção pequeno-burguesa perante a falência do Estado parlamentar em face da ofensiva operária, vê-se até certo ponto roubado o seu espaço, em Portugal, pela precocidade da implantação da República e pela contaminação, *ab initio*, da reacção ditatorial de direita pelo elemento monárquico, por um lado, e sobretudo pelo elemento católico, por outro lado, junta ou separadamente.

Também a precocidade da reacção ditatorial em Portugal, com o consulado de Sidónio Pais, terá, ao mesmo tempo, antecipado e distorcido o processo de fascização segundo o modelo italiano. Por outras palavras, a queda da ditadura a um tempo nacionalista e populista de Sidónio e a derrota sem apelo da tentativa de restauração monárquica terão apontado para uma recomposição política das classes possidentes pelo topo, a partir de cima, requerendo uma unificação prévia dos grandes interesses económicos, o apoio da burguesia das províncias — da qual o Dr. Oliveira Salazar passava por ser o procurador — e a cobertura das forças armadas ao nível de altos comandos.

É no sidonismo que se tem de procurar a truculência populista, quase subversívóide, do fascismo português, aquando, por exemplo, da caça aos açambarcadores promovida pelo comissário dos Abastecimentos, Jorge Botelho Moniz, perante os aplausos das massas populares. É ainda no sidonismo e no Reino da Traulitânia ⁷¹ que se tem de procurar a violência indiscriminada contra o adversário político, à maneira do assassinato de Matteotti em Itália. E é nas causas e condições do seu fracasso, por sua vez, que se hão-de buscar, em minha opinião, as raízes da extrema cautela com que o fascismo se imporia um pouco mais tarde. Ainda aqui se trata, porém, de hipóteses, demasiado globais para serem verificadas num texto já muito longo.

Outubro de 1976

⁷¹ Nome por que também ficou conhecida a Monarquia do Norte, isto é, a instauração momentânea da monarquia no Porto em 1919, sob o comando de Paiva Couceiro. Cf. J. Campos Lima, *O Reino da Traulitânia*, Porto, 1920.